

Remendos na cultura gaúcha

A Lei de Incentivo à Cultura foi criada na tentativa de sanear a falta de recursos para a área no estado. Votada em 1996, ela possibilitou a realização de diversos eventos importantes para o Rio Grande do Sul. No entanto, há alguns anos o setor vem sofrendo com o dismantelamento dos aparelhos culturais estatais. A Secretaria de Estado da Cultura tinha um passivo enorme, quando do início do atual governo. Neste ano, foram descobertas irregularidades no sistema de incentivo. O momento atual é de avaliação das formas de financiamento do campo que constrói identidades e preserva a memória.

Página Central

que constrói identidades e preserva a memória.

MEDICINA

Pioneirismo e ousadia

Quatro integrantes da turma de formandos do curso de Medicina da UFRGS de 1947 relembram histórias de seu tempo de estudante e dos primeiros anos de prática profissional, quando o diagnóstico e tratamento de doenças dependia mais do chamado "olho clínico" e menos dos avanços tecnológicos. Álvaro Petracco da Cunha, Arnaldo José da Costa Filho, Carlos Oswaldo Degrazia e Ivan Hervé representam um grupo de 78 médicos que fizeram história na saúde do Rio Grande do Sul. **P7**

SAÚDE

Perigo mascarado

Vírus do HPV é uma das principais causas de morte de mulheres por câncer de colo de útero. Sem apresentar sintomas, ele é a doença sexualmente transmissível mais comum no mundo, ficando na frente até da temível AIDS. Estudos comprovam que de 50 a 80% das mulheres sexualmente ativas serão infectadas em algum momento de suas vidas por um ou mais tipos do vírus. Por isso é tão importante a prevenção do câncer de colo de útero, a partir da realização periódica do conhecido exame *Papanicolaou*. **P11**

POLÍTICA

Constituição da esperança no Equador

Apesar das críticas pela concentração do poder e da possibilidade de reeleição para mais dois mandatos consecutivos do atual presidente Rafael Correa, a nova Carta Magna equatoriana, elaborada por uma Assembléia Constituinte formada por 130 representantes eleitos pela população, inspira um povo que já depôs três presidentes. Quanto à participação popular, a Constituição aprovada estabelece a criação de um quarto poder, o de Controle e Participação Social, a ser constituído por indicações de organizações sociais. Cônsul e estudante comentam a nova realidade de seu país, enquanto doutoranda em Sociologia e Ciência Política reconstitui todo o processo. **P10**

A universidade e a inovação tecnológica

Texto do professor emérito da UFRGS, Fernando Zawislak, discute o papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento da sociedade. **P4**

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTRIO

EXPLORAÇÃO DA CAMADA PRÉ-SAL

Especialistas dizem que benefícios dependerão da política governamental

Para professores da UFRGS, o país tem todas as condições de superar os desafios da prospecção em alto-mar. Porém, as novas jazidas brasileiras vão requerer um uso muito bem planejado. Quan-

to à possível criação de uma nova estatal, os especialistas foram unânimes em descartar a idéia. Na opinião do engenheiro Telmo Strohaecker, levaria muito tempo até que a companhia desenvolvesse

tecnologia a ponto de ser reconhecida no mercado internacional. O geólogo Eduardo Guimarães Barboza acha que o maior problema seria a falta de mão-de-obra qualificada. **P5**

SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

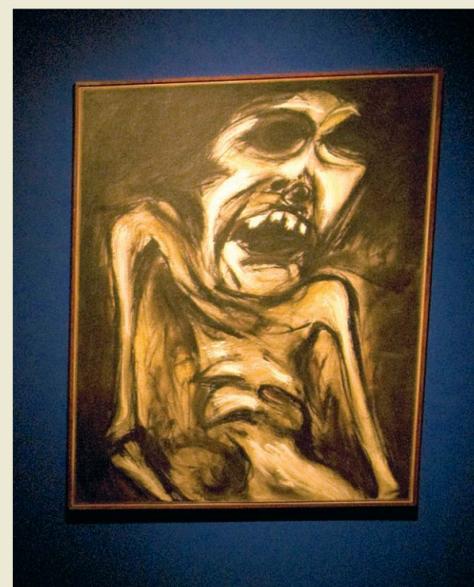
20 anos fomentando a pesquisa

Segundo maior evento da Universidade completa duas décadas com aumento de bolsas e participação de estudantes de outras instituições. A cobertura do XX Salão de Iniciação Científica, da XVII Feira de Iniciação Científica e do III Salão UFRGS Jovem, que traz escolas para o ambiente acadêmico, com depoimentos dos organizadores e participantes, bem como dos seus premiados, pode ser lida na reportagem "Degrau por degrau da memória". **P6**

DITADURA

Repressão é tema de livro e exposição

Dois jornalistas relembram episódios marcantes dos anos de regime militar. Luiz Cláudio Cunha testemunha do caso do seqüestro dos uruguaios fala sobre como aquela investida da Operação Condor foi frustrada pela atuação da imprensa. Alípio Gonçalves, preso pelos agentes da repressão de 1969 a 1974, relata sua experiência nas cadeias paulistas quando, ao lado de outros detidos, produziu uma série de quadros que eram vendidos para garantir o sustento de sua família. Retrato dos tempos de tortura, as obras fazem parte da mostra *Arte e memória: Anos rebeldes*, em cartaz no Museu da UFRGS. **P12e13**



Artigo

Uma instituição centenária

A Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS, criada como Escola de Comércio de Porto Alegre junto à Faculdade de Direito, em 26 de novembro de 1909, prepara-se para iniciar as comemorações de seu Ano Centenário.

Sua criação foi uma resposta das lideranças universitárias da época, entre as quais se destacava o professor Manoel André da Rocha, diretor da Faculdade de Direito, às demandas pela melhoria do ensino comercial, que era feito pelas próprias entidades comerciais, escolas particulares e mesmo por guarda-livros em aulas práticas de escrituração mercantil. Essa mudança era também exigida pelo forte desenvolvimento das atividades econômico-comerciais, no início do século XX, e pelas elites gaúchas adeptas do Positivismo.

De 1910 a 1954, a Escola de Comércio ficou sediada na Faculdade de Direito. Em 1954, transferiu-se juntamente com a reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul para o prédio atual, que sucedeu a majestosa sede do Colégio Julio de Castilhos, destruído por um incêndio em novembro de 1951.

Ao longo de sua história, a Escola passou por mudanças institucionais importantes. Em 1915, foi reconhecida como estabelecimento oficial de ensino. Em 1934, integrou a recém criada Universidade de Porto Alegre. Em 1945,



ACERVO SPH UFRGS

foi desanexada da Faculdade de Direito e tornou-se autônoma, recebendo o nome de Faculdade de Economia e Administração, denominação que, em 1950, mudaria para Faculdade de Ciências Econômicas com a federalização da Universidade. Em 1996, o Departamento de Administração deixou a FCE para formar a nova Escola de Administração.

A instituição soube responder a todos os desafios que a sociedade lhe apresentava. Inicialmente, foram oferecidos dois cursos de ensino comercial: um geral, de nível médio, com três anos de duração, e outro superior, de dois anos. Em 1940, foi instituído o curso de Administração e Finanças e, cinco anos mais tarde, os cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Em 1963, foi implanta-

do o curso de Administração de Empresas e, em 1966, o de Administração Pública. Finalmente, em 2003, um novo desafio foi a criação do curso de Relações Internacionais.

No campo da pesquisa, os trabalhos iniciaram cedo, como indica o grande número de revistas acadêmicas criadas. A pioneira foi a *Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul*, publicada em 1918 por iniciativa de professores e ex-alunos da Escola de Comércio. Mais tarde, surgiram outras seis publicações: a *Revista do Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas* (1946); a *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas* (1950); *Análise Econômica* (1983); *Contexto* (2001), especializada na área de contabilidade; *Visão Econômica* (2003) e *Perspectiva* (2008), ambas

publicações dos estudantes de graduação, a primeira ligada ao curso de Ciências Econômicas, e a segunda, ao de Relações Internacionais.

A pesquisa tomou impulso em 1953, com a inauguração do Instituto de Pesquisas Econômicas (Iepe) e, seis anos depois, do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (Cepa), os quais também promoveram o ensino de Pós-graduação.

A FCE foi uma das pioneiras na UFRGS no ensino de pós-graduação. Em 1963, era criado junto ao Iepe o mestrado em Economia e Sociologia Rural e, em 1971, o mestrado em Economia. Um ano depois, foi instituído o mestrado em Administração Pública e de Empresas. Em 1992, o doutorado em Economia e, em 1994, o doutorado em Administração. Com a extinção do mestrado em Economia Rural, foi criado, em 1999, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, com mestrado e doutorado. Mais recentemente, surgiu o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade (Necon) que, além da revista *Contexto*, realiza cursos de especialização.

A comemoração do centenário da Faculdade, além de permitir o estudo de sua evolução histórica, constitui-se em momento importante para todos que nela trabalhamos, no passado e no presente, para renovar seus nobres objetivos e planejar sua estratégia futura, a fim de enfrentar os grandes desafios que os novos tempos colocarão a todos nós.

Gentil Corazza
Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas

Espaço da Reitoria

Compromisso com a Educação

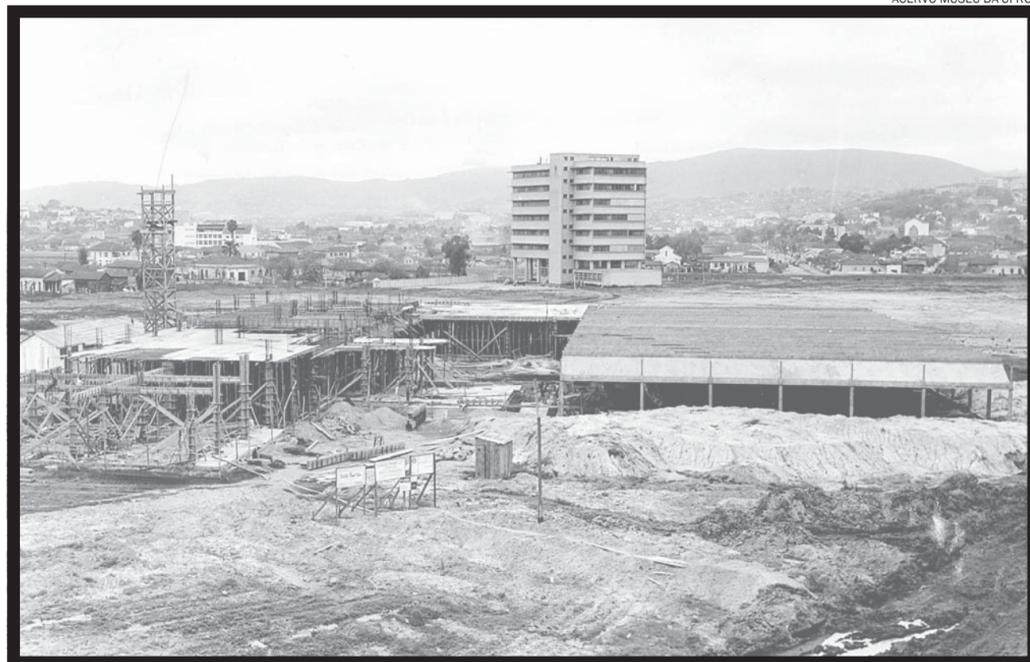
Todo cidadão deve ter direito à educação pública de qualidade. Um exemplo de que este princípio republicano vem sendo assumido pelo Estado brasileiro é a política de expansão qualificada do ensino superior público. Hoje, vivenciamos o esforço das universidades federais em expandir as vagas de ingresso na graduação, na pós-graduação e em ampliar todas as suas atividades acadêmicas.

No entanto, a educação deve ser tratada de forma orgânica, como um sistema em que os diversos níveis são, de fato, interdependentes. A partir dessa concepção, as universidades são agora chamadas a contribuir para a expansão e a qualificação do ensino básico, através da formação inicial e continuada de profissionais do magistério. De um lado, há muito se reconhece a carência de professores, sobretudo para as disciplinas de Matemática e Ciências. De outro, a cada ano as avaliações nacionais e internacionais de estudantes do ensino fundamental e médio revelam a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica.

Por estas razões, passa a ser estratégica para o país a formação de novos professores e a qualificação daqueles que hoje são os responsáveis pela educação dos universitários de amanhã. Além do investimento em diversos programas de apoio, será fundamental a articulação com as instâncias públicas responsáveis pela educação básica: os municípios e os estados. A UFRGS, com a experiência dos cursos de licenciatura que englobam praticamente 20% do seu corpo discente, e de cursos de pós-graduação dedicados a essa temática, está preparada para ser protagonista deste novo movimento da educação brasileira. Formar mais e melhores professores para os diferentes níveis de ensino é contribuir para a democratização do conhecimento, missão institucional da Universidade.

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Memória da UFRGS



ACERVO MUSEU DA UFRGS

1962 Construção do prédio da Faculdade de Odontologia, inaugurado em agosto de 1968. A unidade, que comemorou 110 anos de fundação em 16 de outubro, recebeu recentemente o selo 5 Estrelas no Guia do Estudante da Editora Abril.

Mural do leitor

Segurança

Gostaria de sugerir uma reportagem que é do interesse de toda a comunidade universitária, o assunto da segurança, em especial os recentes episódios ocorridos no Campus do Vale.

Manuel Rodrigues Loncan, acadêmico de Farmácia

Reconhecimento

Sou formando em Arquivologia na UFRGS e tenho uma sugestão de matéria para o JU. Nosso curso e profissão não são muito divulgados, e isso ocorre dentro da Universidade também. Porém, este é um ano muito especial para nós, pois comemoramos os 30 anos da regulamentação da profissão. Portanto, sugiro para o *Perfil*, o nome da professora Ana Regina Berwanger, criadora da graduação em Arquivologia. No espaço *Meu*

lugar na UFRGS, coloco-me à disposição para apresentar o lugar que mais gosto, o Arquivo Geral, onde represento os estudantes na Comissão Gestora do Sistema de Arquivos da Universidade.

Vinicius Mitto Navarro, formando em Arquivologia da UFRGS

Correção

Quero alertá-los sobre algumas correções equivocadas no *Mural do leitor* da edição do mês de setembro. A correção II, com saudações hispânicas enviadas por Félix González estão totalmente erradas, pois este professor da Veterinária afirma que “si” em espanhol corresponde a “sim” em português, mas na realidade, “sim” em espanhol é “sí”, com acento agudo na letra i. Se a palavra “si” for grafada sem acento, ou é a sétima nota musical “si”, ou é o condicional. Nesta última aceção

o senhor Félix acertou, mas se equivocou ao afirmar que a palavra “se” é a conjugação do verbo saber na primeira pessoa do presente singular, o certo é “sé” com acento agudo na letra e. A palavra espanhola “se” sem acento é um pronome pessoal usado na terceira pessoa do singular e do plural que tem a função de complemento direto ou indireto quando é reflexivo. Nós, que estudamos, trabalhamos e vivemos das Letras e das Línguas gostamos que elas sejam ensinadas com correção.

Kleber Valenti Schenk, bacharel em Letras pela UFRGS

Ensaio

O nome correto do autor das fotos publicadas no Ensaio da edição de outubro é Walter Karwatzki.

A editora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farróupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Artur Lopes, Daltro José Nunes, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Maria Henriqueta Luce Kruse, Rudimar Baldissera, Sandra de Deus, Sérgio Marley Modesto Monteiro

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Bolsistas
Aline Pellegrini, Bruna Goss, Fagner Nogueira, Paula Vieira, Pedro Cassel e Rafael Gloria

Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Aluisio Pinheiro
Fotografia
Cadinho Andrade e Flávio Dutra
Revisão
Ánia Chala, Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

jornal@ufrgs.br

54ª Feira do Livro Universidade presente na praça



Mais uma vez, a UFRGS participou da Feira do Livro de Porto Alegre através dos lançamentos e do estande de sua Editora, do programa *Tempo de Livro* da Rádio da Universidade e da indicação de dois de seus professores ao prêmio Fato Literário na categoria Personalidade.

A Editora tem lugar garantido na Feira desde 1978, oferecendo publicações acadêmicas, de autores nacionais e estrangeiros, geralmente da própria instituição. Conforme a técnica-administrativa Ângela Bitencourt, entre o público que procurou o estande da

Universidade predominam os professores, tanto do nível médio quanto universitário, e vestibulandos. Ela informa que, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores, um dos grandes sucessos foi o tradicional "balaio", composto por publicações vendidas ao preço especial de R\$ 3 o exemplar. Nesta edição, foram realizadas 17 sessões de autógrafos com autores da UFRGS.

O programa *Tempo de Livro*, transmitido diariamente direto da Praça da Alfândega pela jornalista Rejane Salvi, funciona como um laboratório na área de jornalismo cul-

tural graças à participação de estudantes voluntários do curso de Jornalismo da Fabico. Criada há 19 anos, a produção da Rádio da Universidade faz a cobertura do evento. "Abrimos espaço para editores, autores, leitores e também para personagens que fazem o dia-a-dia da Feira", conta Rejane.

Luis Augusto Fischer e Zilá Bernd, ambos professores do Instituto de Letras, concorrem ao prêmio Fato Literário, que destaca personalidades e instituições que promovem a literatura. O resultado do concurso será conhecido no último dia da Feira.

FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Inauguração Campus Olímpico ganha RU

No dia 13 deste mês foi inaugurado o RU 5, construído no Campus Olímpico, onde funciona a Escola de Educação Física. Antiga reivindicação daquela comunidade, o novo restaurante tem capacidade para servir cerca de 250 almoços. Segundo informou Paulo Perez, coordenador do Núcleo de Alimentação da Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE), o restaurante contará com o trabalho diário de uma equipe de 12 funcionários. Além do curso de Educação Física, o local atenderá aos alunos dos novos cursos de Dança e de Fisioterapia, que passarão a funcionar naquele campus a partir do próximo semestre.

SBPC Ciência, Tecnologia e Sociedade

De 26 a 28 deste mês, a Universidade irá sediar a 4ª Reunião sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade promovida pela SBPC. Realizado pela primeira vez no Brasil, o encontro é organizado em parceria com a Asociación Ciencia Hoy, a Asociación Argentina para el Progreso de las Ciencias (AAPC) e com a Sociedad Uruguaya para el Progreso de la Ciencia y la Tecnología (SUPCYT). O evento é aberto ao público e tem por objetivo promover a cooperação científica e tecnológica entre os países do Mercosul. A programação abrangerá conferências, mesas-redondas e debates sobre temas como o aquífero Guarani, bibliotecas virtuais e biodiversidade. Mais informações no site www.sbpnet.org.br ou pelo telefone 3308-3662.

Música Aluno premiado em concurso

Luis Fernando Rayo, aluno do 6º semestre do curso de Bacharelado em Piano venceu o Prêmio Maestro Cláudio Cruz do Concurso de Piano Artlive, realizado em São Paulo, nos dias 22 e 23 de outubro. O estudante participou da competição interpretando o Concerto para Piano e Orquestra nº 5, op. 73, *Imperador*, de Beethoven. Pela conquista, Luis Fernando recebeu troféu, diploma, prêmio em dinheiro e a oportunidade de participar de um concerto com orquestra da temporada de 2009 em São Paulo. O aluno é orientando do professor Ney Fialkow.



UFRGS TV

Pesquisa em Pauta Programa debate a nanotecnologia

Redação UFRGS TV

Compreendida como a tecnologia em escala nanométrica, a nanotecnologia tem como preocupação construir novas estruturas a partir de um número pequeno de átomos, explorando as potencialidades de materiais diversos. Para explicar melhor o atual panorama da nanotecnologia, o programa *Pesquisa em Pauta* entrevistou a professora Naira Maria Balzaretto, diretora do Centro de Nanociência e Nanotecnologia da UFRGS (CNANO).

Criado por iniciativa de pesquisadores interessados em compartilhar idéias e experiências, o Centro tem servido para aproximar diferentes áreas do conhecimento. "A matéria em escala nano tem propriedades interessantes e isso é o denominador comum das engenharias, da farmácia, da física, da química, da biociência. Todo mundo tem que entender como aquela matéria, numa escala diminuta, se comporta", explica a professora.

De acordo com Naira, um dos precursores da nanotecnologia foi o físico Richard Feynman: "Sua grande inspiração foi a natureza, afinal de contas, uma célula é uma estrutura nanométrica natural, que desempenha milhares de atividades. O DNA, por exemplo, contém milhares de informações e é nanométrico. O homem conseguirá reproduzir estruturas que tenham funcionamento similar a uma célula?"

Na entrevista, a professora também fala da regulamentação da nanotecnologia: "Essas partículas nanométricas têm algumas implicações que ainda estão em estudo. Qual é o perigo potencial de aspirar ou ingerir um pó nanométrico, de ele entrar pela pele? Qual o efeito para a saúde humana, para as plantas, para os animais? Isso não está totalmente entendido e é natural que as organizações que regulamentam a aplicação desses produtos se preocupem com isso".

Além de algumas aplicações que podem contribuir para a cura de doenças como o câncer, o programa destaca diversos usos da nanotecnologia ligados à indústria. "Há aplicações desde MP-3, MP-4, iPhones, em tudo isso há a utilização de nanomateriais. Algumas raquetes de tênis, por exemplo, por terem nanotubos de carbono, ficam mais leves e resistentes. Há modelos de carros com cobertura de nanopartículas cerâmicas que protegem o automóvel de riscos ou arranhões. Também existem telhas e vidros com camadas nanométricas que impedem a penetração da água", destaca Naira.

Assista aos programas

O programa *Pesquisa em Pauta* será exibido no dia 28 de novembro, a partir das 21h30min, através da UNITV, canal 15 da NET POA.

Literatura Fóruns discutem narrativas de Machado e Rosa

De 2 a 4 de dezembro, serão realizados o VII Fórum de Literatura Brasileira e o II Fórum de Literatura Portuguesa e Luso-africanas. Os eventos são uma realização bienal do Instituto de Letras da UFRGS, Núcleo Guilhermino Cesar de Literatura Brasileira, Programa de Pós-graduação em Letras, Secretaria Municipal de Cultura e Acervo Literário Erico Veríssimo. Nesta edição, os encontros terão por tema "O Realismo como problema: Machado e Assis, Guimarães Rosa e as formas da narrativa". Entre os palestrantes convidados, pesquisadores brasileiros renomados como os professores Flávio Loureiro Chaves (UCS), Laura Padilha (UFF), Luis Augusto Fischer (UFRGS), Leopoldo Garcia Pinto Waizbort (USP), Márcia Ivana de Lima e Silva (UFRGS), Maria do Carmo Campos (UFRGS) e Hélio Seixas Guimarães (USP). As atividades serão desenvolvidas no Centro Municipal de Cultura Lupicínio Rodrigues (Av. Erico Veríssimo, 307), nos turnos da manhã e tarde. À noite, nos espaços da Sala Álvaro Moreira e do Teatro Renascença, serão realizadas sessões de teatro e recitais poéticos. Informações e inscrições através do site www.surdina.com ou pelo telefone 3308-6708.

Colégio Aplicação Mostra de arte, ensino, pesquisa e educação

De 19 a 21 deste mês, o Colégio de Aplicação da UFRGS promove sua mostra anual, apresentando atividades artísticas, culturais, científicas e tecnológicas nas modalidades de ensino, extensão e pesquisa. A mostra tem como tema *As faces da vida: uma celebração ao mundo que sonhamos* e divulga projetos produzidos com a participação dos alunos e de parcerias comunitárias. Serão oferecidas sessões de vídeo, exposição de pôsteres e oficinas para os alunos e comunidade geral, nos turnos da manhã e tarde no Salão de Atos da Universidade (Av. Paulo Gama, 110). À noite serão realizadas apresentações de dança e música. Ingressos antecipados estão à venda na secretaria do Colégio ao custo de R\$ 3 (individual) e R\$ 5 (casal). O público em geral pode adquirir ingressos na bilheteria do Salão ao preço único de R\$ 5.

Cerâmica Artistas do IA selecionados no 2º Salão Nacional

O setor de Cerâmica do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS está representado no 2º Salão Nacional de Cerâmica do Paraná através dos trabalhos de um professor, dois alunos e de uma artista que é técnica do Instituto. Na categoria Cerâmica Artística, o professor do Departamento de Artes Visuais (DAV) Carlos Augusto Camargo recebeu Menção Honrosa; na mesma categoria, foram escolhidos trabalhos dos alunos Ellen Popke e Gustavo Possamai. Na categoria Design em Cerâmica, Marilene Freitas de Andrade, coordenadora da Secretaria de Comunicação do IA e ex-aluna do DAV, teve duas obras selecionadas (foto). O evento, que iniciou no dia 5 deste mês e se estenderá até 22 de fevereiro de 2009, é realizado pelo Museu Alfredo Andersen da Secretaria da Cultura do Paraná desde 1980 e alcançou abrangência nacional em 2006.



MARILENE FREITAS DE ANDRADE

Arquitetura Aluna da UFRGS vence concurso de ecocasa



CAIO INHO ANDRADE/JU

Manoela Bairos Schmidt, aluna do 9º semestre do curso de Arquitetura da UFRGS, conquistou o prêmio Ecocasa do concurso promovido pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. O projeto escolhido é uma casa ecológica perfeitamente integrada ao ambiente do Jardim Botânico de Porto Alegre. Semi-enterrada no solo, a moradia permite a troca de calor com a terra, resolvendo o problema do conforto térmico, já que mantém uma temperatura estável nos períodos de inverno e verão. Manoela propôs a execução da casa utilizando pedras, madeira de reflorestamento e toras de eucalipto tratadas naturalmente, com uma cobertura de grama. O trabalho foi desenvolvido para a disciplina de *Projeto Arquitetônico 7*, ministrada pelo professor Júlio Cruz.



O que a Universidade pode fazer para incentivar a inovação tecnológica e a pesquisa na indústria brasileira

Fernando Cláudio Zawislak *

Nas últimas três décadas, o Brasil teve um bom desempenho em pesquisa e na pós-graduação em quase todos os campos do saber, principalmente na universidade pública. Os maiores destaques deste sucesso são a formação de 10 mil doutores por ano e a excelente posição do país na produção de artigos científicos de nível internacional.

No entanto, o sucesso em inovação tecnológica e em pesquisa industrial foi e está sendo muito aquém do esperado. Ainda que estejamos gerando conhecimento científico de ponta nas universidades (principalmente nas públicas, onde a UFRGS tem posição de destaque), não estamos conseguindo criar mecanismos e nem construir “pontes” capazes de transformar o conhecimento em inovação através de uma adequada relação entre universidade e atividade industrial.

Mas o que a universidade pode fazer para incentivar a inovação tecnológica e a pesquisa na indústria brasileira? Creio que o maior empecilho neste processo tem sido a baixa qualidade dos ensinamentos fundamental e médio, aspecto que vou comentar mais adiante. Há, contudo, iniciativas indispensáveis para trilharmos os caminhos da inovação e que, acredito, são de responsabilidade da universidade.

A primeira, melhorar a qualidade do ensino de graduação, principalmente nas engenharias. Uma economia que cresce sem parar como a nossa, necessita de mão-de-obra especializada em todas as áreas, contudo a escassez mais notória é a de engenheiros competentes em todos os setores industriais. De acordo com recente estudo da Confederação Nacional da Indústria, o Brasil forma somente 30 mil engenheiros por ano, enquanto que na Coreia do Sul são 80 mil novos profissionais anualmente. A grande pre-



ILUSTRAÇÃO EDUARDO MÜLLER/INQ

ocupação em ampliar a pós-graduação durante as últimas décadas é absolutamente necessária e deve continuar a ser incentivada, mas não é suficiente para desenvolver inovação de ponta. Para tanto, são indispensáveis bons técnicos e bons engenheiros.

A segunda iniciativa é propiciar ensinamentos de graduação e pós-graduação que valorizem e evidenciem a importância do empreendedorismo ao lado da geração de novos conhecimentos.

Outras formas de impulsionar a inovação são: incentivar a interdisciplinaridade, dentro da universidade, pois as grandes inovações tecnológicas e muitos problemas sociais são de cunho interdisciplinar; e organizar um agressivo programa de estágios para nossos alunos nas indústrias. Além disso, é importante enviar estudantes para fazerem doutorado em países onde a inovação tecnológica floresce. Não considero correta a política atualmente defendida no país de que os doutores podem (e devem) formar-se somente no Brasil.

Iniciativas como estas poderão contribuir para quebrar o sistema tradicional, no qual a forte correlação orientador-aluno gera jovens doutores que gravitam em torno de seus orientadores, continuam publicando na academia, em vez de juntarem-se às indústrias para parti-

cipar do desenvolvimento tecnológico.

Outra área em que a universidade brasileira fez muito menos do que poderia ter feito é a dos ensinamentos fundamental e médio. Sem aumentar o número de alunos bem formados na escola média, não haverá o crescimento de profissionais de qualidade na universidade e, conseqüentemente, levaremos décadas para implementar a inovação tecnológica no Brasil. Os países emergentes, que tiveram sucesso no campo da inovação – e a Coreia do Sul é o exemplo sempre citado – cuidaram muito bem da educação pré-universitária.

Estudos sobre as políticas educacionais dos países que tiveram bons resultados no Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) mostram com clareza que a melhora na educação básica depende da adoção, de modo coordenado, de um conjunto de medidas e que nenhuma isoladamente soluciona o problema. Vou citar rapidamente algumas destas medidas e discutir com mais detalhes duas ou três em que a universidade pode e deve atuar:

1º) Atrair para a profissão de professor secundário, ou seja, para as licenciaturas, os melhores candidatos. Na Coreia do Sul, os candidatos a professores secundários são recrutados entre os 10% melhores que ingressam na uni-

versidade. Aqui ocorre o contrário, e é claro que a razão é o salário!

2º) Melhorar o salário dos professores competentes. Nos países que tiveram bom desempenho no PISA, o salário médio dos docentes de ensino básico equipara-se ao de outras profissões de nível superior. Este, contudo, não é um problema que a universidade possa resolver.

3º) Melhorar a qualidade do ensino nos cursos de formação de professores. Isto, certamente, a universidade pode e deve fazer.

4º) Treinar os atuais professores de ensino básico através de cursos sistemáticos de reciclagem. A reciclagem de professores é um assunto tão sério que a Universidade deveria implementar uma política “de cima para baixo” nessa área.

5º) Treinar os futuros professores em atividade de sala de aula com supervisão individual feita pelos melhores docentes do departamento. A universidade pode e deve fazê-lo.

6º) É necessário adotar um ensino médio em turno integral, principalmente para as comunidades carentes. A média de 4h de aula é muito pouco.

* Professor emérito da UFRGS - Instituto de Física

A crise econômica e a crise do neoliberalismo

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról*

Há muito tempo, não se via uma crise como a vigente. Aparentemente, a última foi a Grande Depressão, assim chamada em atenção ao que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos entre 1929 e 1939: em 1932, o PIB dos EUA correspondeu a 67% do que fora no início da crise e 25% dos trabalhadores norte-americanos encontravam-se desempregados. Apenas em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, é que a economia norte-americana voltou ao patamar anterior.

Tem-se atribuído a atual crise à desregulamentação financeira dos últimos 38 anos, período em que os mercados internacionais de capitais se globalizaram novamente, adquirindo contornos semelhantes aos existentes antes de 1929. Em certa medida, a crise da dívida latino-americana, dos anos 80, é fruto do mesmo processo, assim como as crises no México, no Leste Asiático, na Argentina, na Rússia e no Brasil nos anos 90 e no início do século XXI.

No caso atual, em vez de inadimplência latino-americana, russa etc. o que temos são devedores norte-americanos inadimplentes. Dada a desregulamentação financeira, os diferentes

mercados financeiros interligaram-se, coisa que as reformas dos anos 30, internas aos EUA, procuraram evitar em razão do diagnóstico que se estabeleceu a respeito das causas da Grande Depressão: precisamente a interligação dos mercados financeiros por meio dos mesmos agentes atuando em busca da valorização patrimonial em vários deles simultaneamente. Quando alguns têm problemas, vendem as posições nos mercados em que são credores procurando, desta forma, cobrir os prejuízos nos outros em que são devedores. Este movimento de compra e de venda é o responsável, por exemplo, pela desvalorização das bolsas de valores em todo o mundo, apesar dos problemas serem oriundos do mercado imobiliário estadunidense: inúmeras pessoas adquiriram financiamento para a casa própria com prestações cujos valores variam em função das taxas de juros do tesouro norte-americano. Quando estas taxas subiram, elevaram-

O Estado irá salvar, mais uma vez, a economia e as instituições do capitalismo

se também as prestações, criando inadimplência em massa pelo comprometimento de uma parcela maior do que a planejada no orçamento das famílias norte-americanas. O inadimplemento impactou negativamente os bancos porque os contratos de hipotecas que financiavam as casas podiam ser, como foram, negociados em outros mercados. Em reação aos prejuízos verificados neles, bancos e instituições financeiras começaram a restringir o crédito e a vender ativos, desvalorizando-os. Esta desvalorização, por fim, deu novo alento à crise, porque vários dos contratos de dívidas foram firmados supondo uma valorização patrimonial que não se verificou, aumentando o número de inadimplentes.

Em sucessivas rodadas de inadimplementos, restrições ao crédito e vendas de ativos para cobrir prejuízos, o número de pessoas e empresas afetado aumenta, aumentando o problema a menos que o ciclo seja interrompido por um

agente específico: o Estado. A atuação dele consiste na redução da taxa de juros, para tornar pagáveis as dívidas vencidas e por vencer, no salvamento de instituições financeiras debilitadas, evitando que entrem em processo de falência, e na ampliação do gasto público, mesmo que para isto seja necessário aumentar o déficit público, o qual pode ser financiado, tanto pelo endividamento do Estado quanto, heresia das heresias, pela simples emissão monetária.

É evidente que depois de quase duas décadas de neoliberalismo no Brasil e de mais de três nos Estados Unidos, as medidas acima são de causar arrepios. Pior para os arrepiados. É o Estado quem vai salvar, mais uma vez, a economia e as instituições do sistema capitalista. Nesse revés da ideologia, é que se abrem espaços para discussões ridicularizadas até ontem: se o orçamento público será usado para salvar bancos e outras empresas, por que não usá-lo para ampliar os direitos sociais e o Estado de Bem-Estar Social?

* Professor adjunto II do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS e doutor em Economia pela Universidade de Campinas

Energia

Especialistas dizem que benefícios vão depender da política adotada pelo governo federal

A exploração do pré-sal e o futuro brasileiro

Em novembro de 2007, a Petrobras anunciou a descoberta da primeira reserva do que, mais tarde, viria a público como pré-sal. Com cerca de 5 a 8 milhões de barris de petróleo, o Campo de Tupi, situado a 6 mil metros de profundidade na Bacia Sedimentar de Santos, foi considerado a maior jazida encontrada no mundo desde 2000. Com a possibilidade de uma reserva gigantesca, surgem questionamentos acerca dos problemas e benefícios que a descoberta pode trazer ao país.

Há 120 milhões de anos, quando América do Sul e África estavam em vias de separação, o Atlântico Sul começou a se formar e com ele o pré-sal. Fendas geradas a partir da divisão dos dois continentes acumulavam água do oceano que, ao passar para o estado de vapor, deixava sobre as rochas camadas de evaporito, popularmente conhecido como sal. Exposta a altas temperaturas e grande pressão, a matéria orgânica que se encontrava abaixo da camada de sal transformou-se em combustível fóssil. Com o passar do tempo, outros sedimentos foram se depositando sobre o evaporito e compondo o relevo submarino brasileiro. As altas temperaturas e a grande pressão desse depósito transformaram a matéria orgânica abaixo do pré-sal em combustível fóssil. Segundo o doutor em Geociências e professor da UFRGS Michael Holz, “geólogos afirmavam haver petróleo nessa camada há muito tempo, mas era complicado fazer um estudo. As reservas se encontravam a grandes profundidades, podendo chegar a mais de 7 mil metros, e, na época, poucos países tinham acesso à técnica de prospecção rochosa necessária. Hoje, a Petrobras é uma das poucas companhias que domina esse tipo de tecnologia”.

Estimativas da empresa apontam que, ao longo da faixa que se estende do litoral do Espírito Santo a Santa Catarina pode existir de 70 a 100 bilhões de barris de óleo leve (petróleo que necessita de pouco refinamento), além de reservas de gás natural. Nessa perspectiva estão englobadas duas bacias sedimentares: Campos e



STEFERSON FARI/AGENCIA PETROBRAS

Santos. Para o professor Holz, “existem muitas áreas com rochas reservatórios abaixo da camada de sal. O que fará com que ainda leve um bom tempo até que o mapeamento bacia por bacia seja completado e se saiba, com precisão, a quantidade e as áreas onde está localizado o combustível. Só então a exploração (retirada de petróleo) poderá iniciar”.

Brasil potência – Antes da descoberta do pré-sal, as jazidas brasileiras comportavam cerca de 14,4 bilhões de barris, índice que deixava o país na 24ª posição no ranking das nações com reservas de hidrocarbonetos. Caso as estimativas se confirmem, teremos um total de 100 bilhões de barris em nossas reservas.

O petróleo é considerado por muitos uma

“bênção-maldição”. Dependendo de como seu lucro é gerido, pode ajudar na solução de problemas sociais ou levar as nações ao caos e à miséria, como ocorreu em alguns países da África e Oriente Médio. Essa é a visão do mestre em Relações Internacionais pela UFRGS, Lucas Kerr de Oliveira: “Petróleo não deixa nenhum país rico automaticamente, mas seu uso planejado tornou alguns países muito prósperos”. Para o professor da Faculdade de Ciências Econômicas Luiz Miranda, “não é apenas uma quantidade maior de renda que vai gerar renda. A distribuição já é possível com o que se tem hoje, mas precisa haver interesse em se fazer isso”.

Com o pré-sal, o Brasil pode não só se tornar auto-suficiente, como também exportar óleo refinado e derivados. No entanto, Oliveira lem-

Desafios da prospecção

Quando se fala em prospecção em alto mar, logo vem à cabeça grandes acidentes, como a explosão na plataforma P-36 que matou 11 operários da Petrobras, em 2001. Eduardo Guimarães Barboza, professor do Instituto de Geociências com atuação nas áreas de Estratigrafia e Sensoriamento Remoto, alerta para o fato de que um acidente ocorrido próximo à região costeira gera impactos ambientais significativos, já que atinge uma biota (fauna e flora de uma determinada área) muito mais rica, além do recolhimento do óleo ser mais trabalhoso. Mas acredita que as possibilidades de impactos ambientais diminuam na extração da camada pré-sal.

O doutor em Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Telmo Roberto Strohaecker, concorda com a observação do colega: “A meta da Petrobras é vazamento zero. Em caso de vazamento, as válvulas são fechadas automaticamente. Ninguém quer perder óleo.”

Porém, o que mais preocupa as empresas petrolíferas não é a lâmina de água, mas transpassar a camada de sal. Conforme o professor Barboza, o sal possui um comportamento plástico, não é rocha completamente sólida. “Quando a broca perfura o sal, a tendência é que o buraco se feche em função da grande pressão”, esclarece o geólogo. Além disso, as camadas não são contínuas. Há barreiras entre elas, uma vez que as rochas que compõem os reservatórios estão encaixadas em “depressões” – explica Barboza, acrescentado que cada campo de petróleo é formado por diversos reservatórios. “Não há possibilidade de furar em um ponto específico e drenar toda a área” – afirma o pesquisador.

Telmo Strohaecker ressalta que a prospecção desgasta equipamentos e demanda investimentos tecnológicos significativos. Segundo ele, qualquer operação de sondagem envolve custos de milhões de dólares, o que acaba exigindo grande precisão durante o mapeamento.

Eduardo Barboza acredita que explorar as reservas do pré-sal é possível não apenas em termos tecnológicos. “Pelo preço elevado do barril de petróleo, hoje a extração tornou-se rentável. Se o preço caísse para, por exemplo, o valor de dez anos atrás, a Petrobras não iria explorar os reservatórios abaixo do sal.”

bra que a exportação excessiva de *commodity*, como o petróleo, pode gerar sérios problemas ao país como a supervalorização cambial, conhecida como “mal holandês”. A valorização excessiva do real poderia baratear as importações e prejudicar os setores produtivos, provocando até a desindustrialização do país. O professor acrescenta que, se souber utilizar esses recursos para ampliar suas capacidades política, militar, econômica e cultural, o Brasil poderia se tornar uma potência. “Contudo, isso vai depender da capacidade do governo em gerenciar os recursos estratégicos do país, mantendo a soberania sobre os mesmos. Se a gente permitir que as grandes corporações decidam tudo, vamos continuar concentrando poder e renda e gerando desigualdades cada vez maiores.”

Professores apontam dificuldades na criação de nova estatal

Até 1997, a União monopolizava as atividades que envolviam petróleo e gás natural no país, com a Petrobras exercendo com exclusividade, além da exploração e produção, o refino, o transporte, a importação e a exportação de combustível fóssil. Com a promulgação da Lei do Petróleo, o governo federal passou a estabelecer contratos com empresas estatais e privadas para a realização dessas atividades. Atualmente, o modelo adotado pelo Brasil é o de concessões, em que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador, promove estudos para delimitar em blocos parte de uma bacia sedimentar. Em seguida, essas áreas são leiloadas em rodadas, nas quais empresas privadas podem adquirir blocos por licitação, para a exploração e a produção de óleo e gás. A Petrobras, como uma

empresa de capital misto (público e privado), não possui nenhum privilégio nessas licitações.

Em 2007, o Conselho Nacional de Política Energética determinou que fossem retirados 41 blocos da 9ª rodada de licitações, todos com potencial de produção na camada pré-sal. A resolução também exigiu uma avaliação das mudanças necessárias no marco legal, contemplando um novo paradigma de exploração e produção de combustível fóssil.

Sem uma decisão oficial da comissão interministerial formada pelo Executivo para discutir o assunto, surgiram especulações sobre a criação de uma nova estatal para cuidar da exploração das jazidas a serem descobertas.

Sobre essa possibilidade, os especialistas da UFRGS foram unânimes: não acreditam ser possível a construção de uma nova empresa.

Para o professor de Engenharia Telmo Strohaecker, levaria muito tempo até que a companhia desenvolvesse tecnologia a ponto de ser reconhecida no mercado internacional. Eduardo Barboza, docente do Instituto de Geociências, acha que o primeiro problema seria a falta de mão-de-obra qualificada.

Luiz Miranda, economista e professor da Faculdade de Ciências Econômicas, diz que o correto seria fortalecer a Petrobras, aumentando a participação do governo na empresa através da compra de ações ou da estatização da mesma. E questiona o modelo de concessões, afirmando que o petróleo é estratégico e não deveria ser tratado como mais uma *commodity* em mercado. “Os setores conservadores da sociedade brasileira defendem o modelo norte-americano, esquecendo que as empresas privadas são

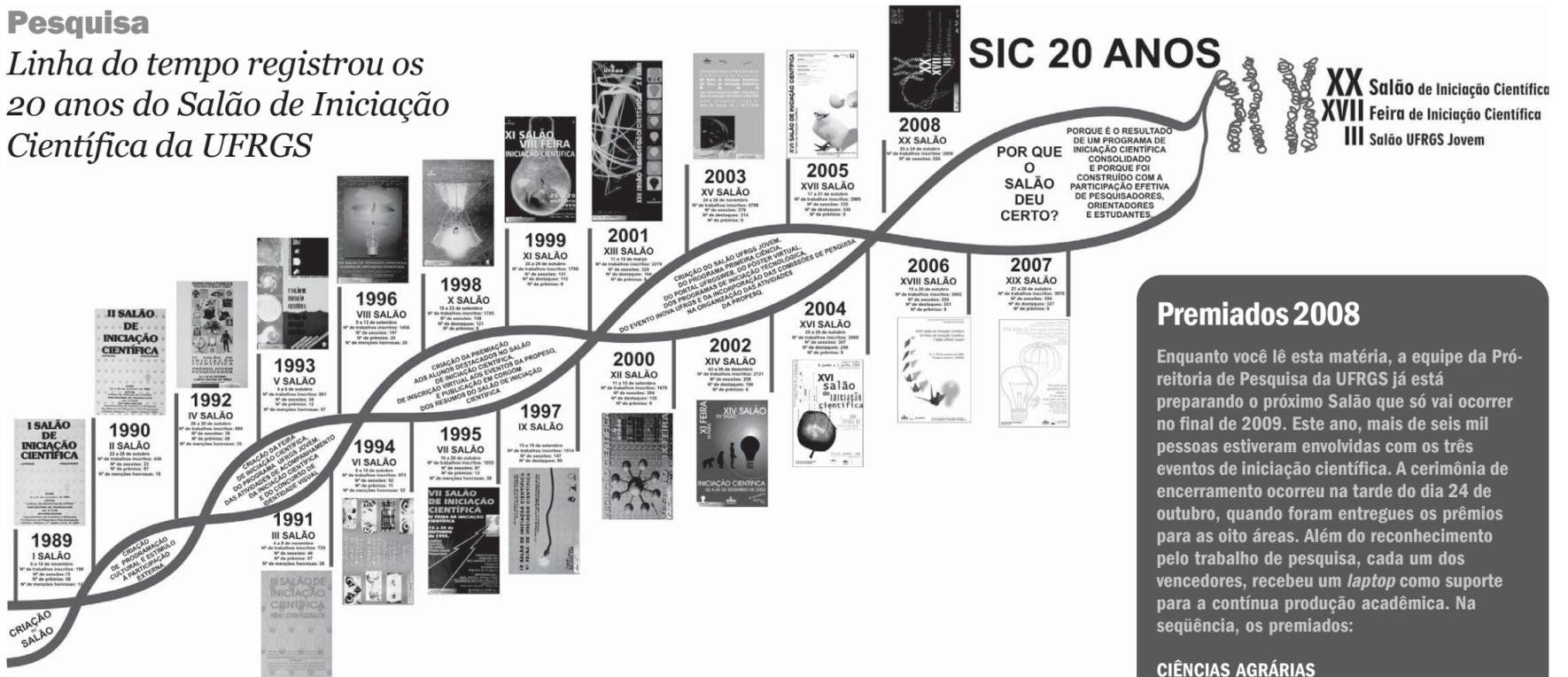
norte-americanas. Dessa maneira, nação e capital privado não têm dissonância quanto aos interesses estratégicos do país.” O professor substituto do Departamento de Ciência Política da UFRGS, Lucas Kerr Oliveira concorda e propõe a adoção do modelo norueguês, no qual o governo tem participação acionária em todas as empresas petrolíferas atuantes em seu território. Para Oliveira, outra solução seria criar um fundo para as gerações futuras, que recolheria uma taxa sobre a exploração de petróleo para reinvestir na pesquisa de novas fontes de energia. “É quase imoral explorar um recurso tão rico sem deixar nada para as próximas gerações”, conclui.

Paula Vieira, estudante do 3º semestre de Jornalismo da Fabco - especial para o JU



Pesquisa

Linha do tempo registrou os 20 anos do Salão de Iniciação Científica da UFRGS



Premiados 2008

Enquanto você lê esta matéria, a equipe da Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS já está preparando o próximo Salão que só vai ocorrer no final de 2009. Este ano, mais de seis mil pessoas estiveram envolvidas com os três eventos de iniciação científica. A cerimônia de encerramento ocorreu na tarde do dia 24 de outubro, quando foram entregues os prêmios para as oito áreas. Além do reconhecimento pelo trabalho de pesquisa, cada um dos vencedores, recebeu um *laptop* como suporte para a contínua produção acadêmica. Na seqüência, os premiados:

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Premiado: Marcelo Hoerbe Andrighetti
Orientador: Ibanor Anghinoni
Título: Absorção de cálcio e magnésio pelo arroz afetada pela salinidade do solo e modos de adubação potássica
Pibic/CNPq/UFRGS

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Premiado: Matheus Coelho Adam
Orientador: Henri Ivanov Boudinov
Título: Junções rasas em si e simox: perfil de dopantes caracterizados pela técnica hall diferencial
Pibic/CNPq/UFRGS

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Premiado: Jessie Pereira dos Santos
Co-autor: Cristiano Agra Iserhard
Orientadora: Helena Piccoli Romanowski
Título: Composição e diversidade da fauna de borboletas frugívoras da floresta nacional de São Francisco de Paula, RS
CNPq

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Premiado: Laura Stertz
Co-autores: Gabriel Rodrigo Fries, Bianca Wollenhaupt Aguiar, Gabriela Colpo, Samira da Silva Valvassori, Guilherme Alves Elias, Ana Cristina Andreazza, Keila Maria Mendes Cereser, João Quevedo
Orientador: Flavio Pereira Kapczynski
Título: Efeitos do lítio, do valproato e do butirato de sódio na ação da enzima histona desacetilase em um modelo animal de mania
Pibic/CNPq/UFRGS

CIÊNCIAS HUMANAS

Premiado: Helena Lobato da Jornada
Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik
Título: China e Índia: cooperação, competição e a distribuição do poder no sistema internacional
CNPq

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Premiado: Renata Santiago Ramos
Orientadora: Cláudia Pianta Costa Cabral
Título: Habitar na segunda era da máquina: revendo os protótipos modernos nos anos 60
Pibic

LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

Premiado: William Moreno Boenavides
Orientador: Antonio Marcos Vieira Sanseverino
Título: Política nas crônicas de Machado de Assis: literatura e intervenção
BIC/UFRGS

ENGENHARIA

Premiado: André Tura Markus
Orientador: Ignácio Iturrioz
Título: Simulação do comportamento mecânico do úmero humano, utilizando o método dos elementos discretos
Fapergs

PRÊMIO JOVEM PESQUISADOR FEIRA DE IC UFRGS

Premiado: Daniel Figueiredo Moreira
Orientadora: Eloy Fernando Fritsch
Título: Música e Tecnologia: criação de uma interface musical interativa

Degrau por degrau da memória

Jacira Cabral da Silveira*

Depois do vestibular, o Salão de Iniciação Científica é a atividade de maior repercussão da UFRGS. Durante uma semana, estudantes e professores, da Universidade e de fora dela, expõem suas pesquisas para um público variado. Eles vêm conhecer, tanto o Salão quanto a Feira de Iniciação Científica e, mais recentemente, o Salão UFRGS Jovem, criado em 2006 para estimular a investigação científica entre estudantes do ensino fundamental e médio.

Este ano, ao comemorar duas décadas de existência, o evento ganhou um destaque especial. Quem entrava no saguão térreo, ou subia a larga escadaria em caracol até o segundo andar da reitoria, tinha uma idéia da história do Salão através de fotos e de uma extensa linha do tempo ao longo da escada. “É quase como entrar num túnel do tempo”, comenta uma estudante para outra ao deparar-se com o imenso painel.

A designer da Secretaria de Comunicação Social da Universidade, Rosâne Vieira, responsável pela criação da identidade visual e do material gráfico da edição deste ano, diz que a concepção de todo o trabalho partiu de semelhanças entre o par de cromossomos e o momento histórico do Salão. A linha do tempo, construída a partir dos cartazes que divulgaram o evento através dos anos, todos criados por alunos, aproxima-se da idéia de evolução e seqüência contida no par de cromossomos XX, que também remete ao algarismo romano XX.

Marininha Aranha Rocha, vice pró-reitora de Pesquisa, lembra quando o Salão de Iniciação Científica da UFRGS foi submetido ao PIBIC/CNPq, em 1992, para alocar bolsas de iniciação, já que na época a pró-reitoria dispunha somente de bolsas próprias. “Além da qualificação dos orientadores, pesou na decisão nossa tradição em divulgar e acompanhar os trabalhos de iniciação científica”, argumenta. Homenageada na cerimônia de encerramento do Salão deste ano, Marininha é reconhecida como referência na história do Salão da Universidade. Se por um lado a iniciativa tem a cara dos estudantes, por outro tem o “dedo” da vice pró-reitora que, antes de dizer o que a deixa mais feliz em seu trabalho, revela suas preocupações: “Primeiro penso nos 10 minutos de cada aluno para que seja um momento especial para ele, depois, que o Salão seja uma construção da comunidade acadêmica”.

Música para os ouvidos – A solenidade de abertura dos eventos ocorreu no dia 20 de outubro, no salão nobre do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, antiga Faculdade de Medicina, onde foi realizada a cerimônia que deu início ao primeiro SIC da UFRGS, em 1988. Naquela ocasião foram 99 inscritos, enquanto a edição de 2008 contou com 2.797 trabalhos nas oito áreas de conhecimento que compõe o evento. Ao longo dos anos, a atividade passou a atrair pesquisadores de diferentes instituições, até mesmo de outros estados e países. Existem hoje na UFRGS dois mil alunos de iniciação científica, o que representa 10% dos estudantes da graduação.

Ao saudar as autoridades, professores, alunos e funcionários presentes à ocasião, o pró-reitor de Pesquisa, João Edgar Schmidt, lembrou a vocação da Universidade, que tem 600 grupos de pesquisa, 2.100 professores-pesquisadores, e mais de 1.700 estudantes de iniciação científica, sem contar os mestrandos e doutorandos dos diferentes programas de pós-graduação. Ele também salientou a participação voluntária de 140 alunos que auxiliaram na execução dos três eventos científicos simultâneos “por amor à pesquisa e ao desenvolvimento”.

Os compositores Heitor Villa Lobos e Félix Mendelssohn Bartholdy também participaram da abertura do XX SIC, quando a Orquestra do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS interpretou suas obras sob a regência do maestro Jocenei Bohrer. Assim como nos salões anteriores, inscrites e visitantes puderam usufruir diferentes momentos de teatro e música entre uma e outra defesa de trabalho científico.

As apresentações artísticas concentraram-se na Sala Corpo Santo, na tenda armada em frente à Faculdade de Educação e no segundo andar do prédio da reitoria. O Instituto de Artes foi responsável pela elaboração dos espetáculos. Integraram a programação: música eletro-acústica para orquestra de alto-falante; grupo instrumental Confraria do Sax; Madrigal; Quarteto de Contrabaixos; Núcleo de Música; e os trabalhos cênicos *Corpo Fechado* e *O santo guerreiro*. Houve ainda as exposições *Pensamento coletivo* e *Gaia*, parte da exposição *Visões da Terra: entre deuses e máquinas*.

Feira com novas tecnologias da informação

De acordo com Cidara Souza, coordenadora da Feira de Iniciação Científica, neste ano foram incorporadas novas tecnologias da informação à atividade: “A novidade se deu pela forma das apresentações através de vídeos, seguidos de avaliação presencial ou por videoconferência com os pesquisadores”, explica. Segundo ela, os eventos se diferenciam pela linguagem. “O Salão tem uma linguagem acadêmica, voltada para dentro da instituição, enquanto na Feira o propósito é outro: construir uma linguagem mais simples, voltada para a Universidade e a comunidade em geral. A avaliação leva em conta, tanto a pesquisa quanto a capacidade de expressão e explicação da montagem audiovisual”, completa.

O vencedor do Prêmio Jovem Pesquisador Feira de Iniciação Científica foi Daniel

Figueiredo Moreira, com o projeto *Música e Tecnologia: criação de uma interface musical interativa*, orientando do professor Eloy Fritsch. De acordo com o estudante, o projeto consiste na criação de *softwares* e interfaces computacionais que proporcionam uma interação entre a música instrumental e as possibilidades de transformação e expansão do som criadas pela música eletrônica. O aluno, que já havia participado do Salão de Iniciação Científica anteriormente, comenta sobre o novo formato das apresentações da Feira: “Só em pensar que meu vídeo foi visto por mais de sete mil pessoas, ao contrário da média de 20, que caberia em uma sala normal de apresentações, já fica clara a vantagem desse meio. Os recursos de imagem e som tornam as apresentações em vídeo mais dinâmicas, didáticas e até mes-

mo pesquisas mais herméticas podem ser compreendidas pela comunidade”.

Daniel destaca ainda a importância dos eventos que, além de serem uma interessante forma de incentivar a pesquisa e o pensamento crítico entre os alunos, também colaboram para a troca de experiências entre os bolsistas – inclusive de diferentes universidades e áreas do conhecimento. “Momentos como este são cruciais no desenvolvimento das pesquisas, em que os bolsistas podem receber olhares críticos, testar a abrangência e a relevância de suas pesquisas e, quem sabe, até ganhar um prêmio”, completa o estudante de graduação.

* Colaborou Pedro Cassel
Estudante do 3º semestre de Jornalismo da Fabico

Histórias de dedicação à Medicina

Memória

Formandos de 1947 da Faculdade de Medicina deixaram a marca do pioneirismo na saúde do Rio Grande do Sul

Ânia Chala

Um grupo do qual saíram professoras, construtores de hospitais, fundadores de faculdades, diretores de órgãos de saúde e introdutores de exames para diagnóstico e tratamento de inúmeras doenças merece o adjetivo de pioneiro. Esta é a marca da turma de formandos de 1947 da Faculdade de Medicina da UFRGS, composta por 78 jovens que fizeram história por onde passaram. Liderados por João Satt, fundador e primeiro diretor do curso de Medicina da PUCRS, alguns deles se sobressaíram também no campo político, como vereadores, prefeitos, deputados e gestores das áreas de saúde e cultura. Graduados numa época em que a Medicina ainda se consolidava no Rio Grande do Sul, enfrentaram o desafio de superar as dificuldades do início da carreira e honraram o nome da Universidade através do resultado de seu trabalho.

Como forma de homenagear os profissionais que passaram pela Faculdade de Medicina, o JU entrevistou quatro representantes da turma de 1947: Álvaro Petraco da Cunha, Arnaldo José da Costa Filho, Carlos Oswaldo Degrazia e Ivan Hervé, buscando resgatar suas experiências. O grupo, que come-



Carlos Degrazia, Arnaldo Costa Filho, Álvaro Petraco da Cunha e Ivan Hervé relembrem histórias de sua carreira médica

morou 60 anos de formatura em dezembro do ano passado, mantém a tradição de encontrar-se para um almoço mensal.

Olho clínico – Quando eles se formaram, iniciava-se a construção do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Era uma época romântica, em que os jovens médicos eram disputados pelas moças. Nas cidades do interior onde se instalavam, tornavam-se líderes natos. Álvaro Petraco da Cunha lembra que, além dos exames de laboratório serem escassos, era raro o município que possuía um simples aparelho de Raios-X. “Tínhamos de usar muita intuição, o famoso olho clínico, baseado na experiência pro-

fissional.” Arnaldo Costa Filho acrescenta que, hoje, em face do avanço da tecnologia, médicos correm o risco de, ao examinarem seus pacientes, apoiarem-se exclusivamente nos resultados de exames.

Ivan Hervé, que foi professor de propedêutica médica (disciplina que ensinava como fazer o exame dos pacientes) garante que, a despeito dos poucos elementos de que dispunham como auxiliares no diagnóstico, o acerto era grande. O colega Carlos Degrazia recorda que eram raros os erros clínicos em patologias da próstata, ou seja, o microscópio quase sempre confirmava o diagnóstico clínico feito previamente. Degrazia também lembra que a maioria dos livros

era em francês. “Na época, buscávamos especialização em Buenos Aires, a ‘meca’ sul-americana na área médica”, completa Costa Filho.

Ensino – Durante o curso, os futuros médicos tinham aulas práticas em laboratório disputando o microscópio. Conforme Degrazia, a parte clínica era dada nas enfermarias, e conseguir um bom lugar nesses locais dependia da iniciativa de cada um. Todos os estudantes faziam sua prática médica na Santa Casa de Misericórdia e as vagas eram disputadíssimas, especialmente na Maternidade Mário Totta, e nas enfermarias de cirurgia. “Eram comuns os chamados cursos-livres e o primeiro que fizemos foi o de Derma-

tologia, ministrado pelo professor José Gerbase. Mas um dos mais importantes foi o curso-livre de Obstetrícia, porque aquele que não passasse pela maternidade, saía da faculdade sem ter nada”, ressalta Costa Filho.

O patologista Degrazia recorda do ambiente pesado das enfermarias de Ginecologia daqueles tempos, onde havia mulheres com câncer em estágio avançado. “Elas eram mandadas para casa e passavam seus últimos dias sofrendo com suas famílias.” O quadro só mudou quando chegou à cidade um novo método norte-americano para diagnóstico precoce do câncer de colo de útero: o exame de Papanicolaou, do qual Degrazia foi um dos introdutores.

Trajectoria e Ousadia

Carlos Oswaldo Degrazia

Depois de formado, foi exercer a Medicina no interior e, de volta à capital, dedicou-se à Anatomia Patológica. Naqueles tempos, dividia-se entre as funções de professor na Faculdade de Medicina e o trabalho no Instituto Médico Legal. “Recordo de um fato pitoresco ocorrido quando dois operários que descarregavam um navio no porto de Rio Grande faleceram misteriosamente dentro da própria embarcação. A imprensa especulava que eles poderiam ter morrido por envenenamento. Eu era patologista do Instituto Médico Legal e, quando examinei o coração das vítimas, verifiquei que ambos haviam morrido de infarto. Um dos repórteres que cobria o caso fotografou-me no laboratório, segurando o coração de um dos mortos. Pedi que a imagem não fosse publicada, mas não adiantou: no outro dia, o Correio do Povo publicou a seguinte manchete ‘Doutor Degrazia com o coração do marinheiro nas mãos’. Foi um horror, meus colegas me criticaram muito.”

Tempos depois, o professor foi convidado pelo então reitor da UFRGS, Eliseu Paglioli, a colaborar na implantação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Santa Maria, onde lecionou por nove anos, fundando o Departamento de Histologia e de Patologia. De lá, novamente a convite, transferiu-se por dois anos para Rio Grande, onde foi o primeiro professor contratado para dar aulas de Histologia na nova Faculdade de Medicina.

Arnaldo José da Costa Filho

Professor e também atleta, ele foi o iniciador da Medicina Desportiva no estado. Trabalhou em diversas cidades do interior gaúcho até fixar-se em Porto Alegre para fazer o curso de Medicina Aplicada à Educação Física, oferecido pela antiga Escola Superior de Educação Física, na época, ligada à Secretaria Estadual de Educação. “Como sempre pratiquei diversos esportes, fiz o curso e fui um dos primeiros médicos formados nessa área. Trabalhei por 20 anos no Grêmio Esportivo Renner, time campeão da cidade e do estado em 1954.”

Tornou-se professor de Anatomia da Escola de Educação Física e, quando da incorporação da Escola pela Universidade, passou a integrar o quadro da recém federalizada UFRGS. “No começo de minha carreira enfrentei grandes resistências, porque achava que a Anatomia deveria ser estudada em cadáveres, o que era prerrogativa dos estudantes de Medicina. Contra um parecer do conselho da própria Escola, comecei a dar aulas práticas de Anatomia no turno da noite. Para minha surpresa, ninguém faltou àqueles encontros. A partir dali surgiram preparadores físicos que tiveram carreiras brilhantes como Eron Behrens Dorf, Gilberto Timm e Alduino Zílio. Eron fez uma carreira brilhante, ocupando um importante posto no Ministério da Educação em Brasília. E todos foram meus alunos.” Costa Filho também se especializou em Traumatologia e trabalhou no Pronto Socorro de Porto Alegre por cerca de 30 anos.

Álvaro Petraco da Cunha

Cirurgião recém formado, ele foi para o interior de Santa Catarina, instalando-se posteriormente em Guaporé. Em função da agitação dos anos 60, acabou se envolvendo na política, tornando-se prefeito daquela cidade. Em 1966, já deputado estadual e residindo em Porto Alegre, Álvaro foi cassado. “Logo que ocorreu o golpe de 64, meus colegas da chamada linha de frente foram cassados. Dois anos mais tarde, para eleger o governador Perachi Barcelos, os militares acabaram cassando a mim e mais seis colegas da oposição. Depois disso, tive que deixar o Brasil e instalei-me por uns tempos na Bolívia e no Chile. Quando retornei, ingressei pelo Paraná e fui trabalhar no município de Francisco Beltrão. Só regresssei à capital gaúcha em 1971, após a morte de minha primeira esposa.”

Dali em diante, Álvaro retomou o contato com seus ex-colegas e reiniciou a vida pública, participando do governo de Alceu Collares, dirigindo a Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas. “Minha carreira médica foi prejudicada pelo período militar, pois havia a proibição tácita de admissão dos cassados nos quadros do serviço público. Por isso, digo que meu retorno foi um recomeço em que vivi tempos duros. Depois tudo se ajeitou e passei a conviver intensamente com meus ex-colegas.” O médico diz que lutou pela democracia e que, como muitos outros, pagou um preço caro por sua resistência. Mas acha que em sua profissão é natural o engajamento em causas sociais.

Ivan Hervé

Filho do futuro reitor Egidio Hervé, o jovem Ivan ingressou na Faculdade em 1942, aos 17 anos, tornando-se o caçula da turma. “Eu andava muito triste porque, não tendo completado 18 anos, estava impedido de prestar o vestibular. Três dias antes do fim do prazo para inscrição, meu pai recebeu um telegrama avisando que Getúlio Vargas assinara um decreto permitindo que menores de 18 anos prestassem vestibular. Esse decreto teve vida curta, mas abriu caminho para que eu ingressasse na Universidade.”

Um ano após a formatura, Ivan foi convidado pelo professor Sarmento Leite Filho para ser seu assistente e passou a estudar para tornar-se catedrático. “Quereria ser pesquisador, mas na UFRGS daquele tempo não se pesquisava nada, porque a prioridade era o ensino. De qualquer forma, não me adaptei ao ambiente acadêmico, onde imperava um tipo de jogo político que me desagradava. Desisti de concorrer à cátedra, mas continuei professor.” Como havia feito um curso nos EUA, trazendo para Porto Alegre os primeiros aparelhos para ventilação mecânica, o reitor Paglioli convidou-o a fazer assistência ventilatória de doentes neurológicos. “Um dia, Jair Boeira de Almeida chamou-me para ser o diretor-técnico do Grupo Hospitalar Conceição (GHC). Tornamo-nos grandes amigos e fui o único que ficou ao lado dele até o fim, mesmo quando acusado injustamente de desvio de recursos.” No GHC, Ivan permaneceu até aposentar-se.

Especial

Por trás da cultura

Lei de incentivo

Medidas paliativas teriam contribuído ainda mais para a crise? Discussões se acirram e preocupam a comunidade

TEXTO **CAROLINE DA SILVA** FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

Desde setembro, quando estourou a operação da Polícia Federal averiguando irregularidades na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com a captação de recursos por projetos que apresentavam assinaturas falsas de secretários de Cultura e sem a aprovação do Conselho Estadual de Cultura, o setor transformou-se em um campo de batalhas. O episódio foi chamado pela imprensa de “Crise na Cultura”.

Na audiência pública realizada em 23 de outubro na Assembléia Legislativa, a secretária estadual da Cultura Mônica Leal assegurou que não há crise alguma. Em entrevista ao JU, ela responde: “O que existe é uma frau-

“É vergonhoso que espetáculos pasteurizados, de massa, sem nada de novo e perfeitamente sustentáveis como empreendimento comercial, mereçam um caminhão de recursos subsidiados, enquanto a criação cultural efetiva e contemporânea vive de migalhas, ou perece.”

Francisco Marshall,
professor de História da UFRGS

de contra o Sistema de Lei de Incentivo à Cultura e que foi por mim denunciada, assim que recebi informações de que empresas estariam supostamente fraudando o Sistema LIC. Agora, só se roubou mudou de nome”.

Já na opinião de Mariângela Grand, presidente do Conselho, a crise na cultura é antiga, e a criação da própria Lei reflete esse problema, sendo “um dos paliativos que se tentou para reverter o quadro de falta de investimentos estatais e diretos na produção e fruição da produção cultural no Rio Grande do Sul”. A produtora afirma que, após a criação da LIC, nunca mais houve recomposição dos valores que deveriam ser investidos através do orçamento próprio da Secretaria da Cultura.

Para Francisco Marshall, professor do Departamento de História e dos programas de pós-graduação em História e em Artes Visuais da UFRGS, a crise no estado é ampla e envolve, no mínimo, cinco esferas: “A estrutura de gestão pública, de estilo clientelista, anacrônica, burocratizada e insensível; a circunstância política, pelas razões acima e pela desmobilização dos artistas e intelectuais; a baixa qualidade da produção cultural rio-grandense, que, com honrosas e raras exceções, afoga-se no provincianismo e na mediocridade; há vários setores em crise de conteúdo há anos; a crise de renda da classe média e sua inaptidão para consumir cultura, o que reduz a circulação de riqueza na área e, consequentemente, a capacidade de pro-

fissionalização do setor; a falta de crítica de arte e de debate intelectual na imprensa, bem como de divulgação adequada pelos grandes veículos”.

Incentivo – Segundo o professor, tanto a lei de incentivo à cultura estadual (Lei nº 10846/96 – LIC/RS) como a nacional (Lei nº 8.313/91 – Rouanet) associam o financiamento da cultura ao potencial de *marketing* dos projetos e terminam delegando às empresas patrocinadoras o critério de decidir o que poderá ser realizado com o dinheiro público da renúncia fiscal. “LIC/RS e Pronac/Mecenato privilegiam o agenciamento cultural sobre a criação cultural, e confundem facilmente cultura com entretenimento de massa.”

Marshall também avalia que são instrumentos burocráticos, morosos e pouco transparentes; que acabam dando ao Estado a ilusão de que dispõe de meios suficientes para proteger e fomentar a cultura, “enquanto uma quantidade enorme de artistas, projetos e instituições importantes, porém sem apelo de *marketing*, morre à míngua, turnês nacionais e internacionais de bandas e bandos que atuam como empresa colhem enorme lucro, com incentivo fiscal”. Na visão do pesquisador, atualmente professor visitante da Universidade de Heidelberg, a grande questão está no papel hoje protagonista dos setores de *marketing* das empresas no financiamento da cultura. Para que essas leis sejam eficazes, ele acredita que os programas precisem de complementos setoriais diferenciados, de maior dinamismo e legitimidade na qualificação dos projetos e de instrumentos que diminuam ou eliminem esse protagonismo.

“Conselho de Cultura não é grêmio estudantil, há uma diferença. Ele exige um nível de ponderação, de diálogo, de preservação.”

Guilherme Castro, cineasta
e ex-presidente do Conselho
Estadual de Cultura

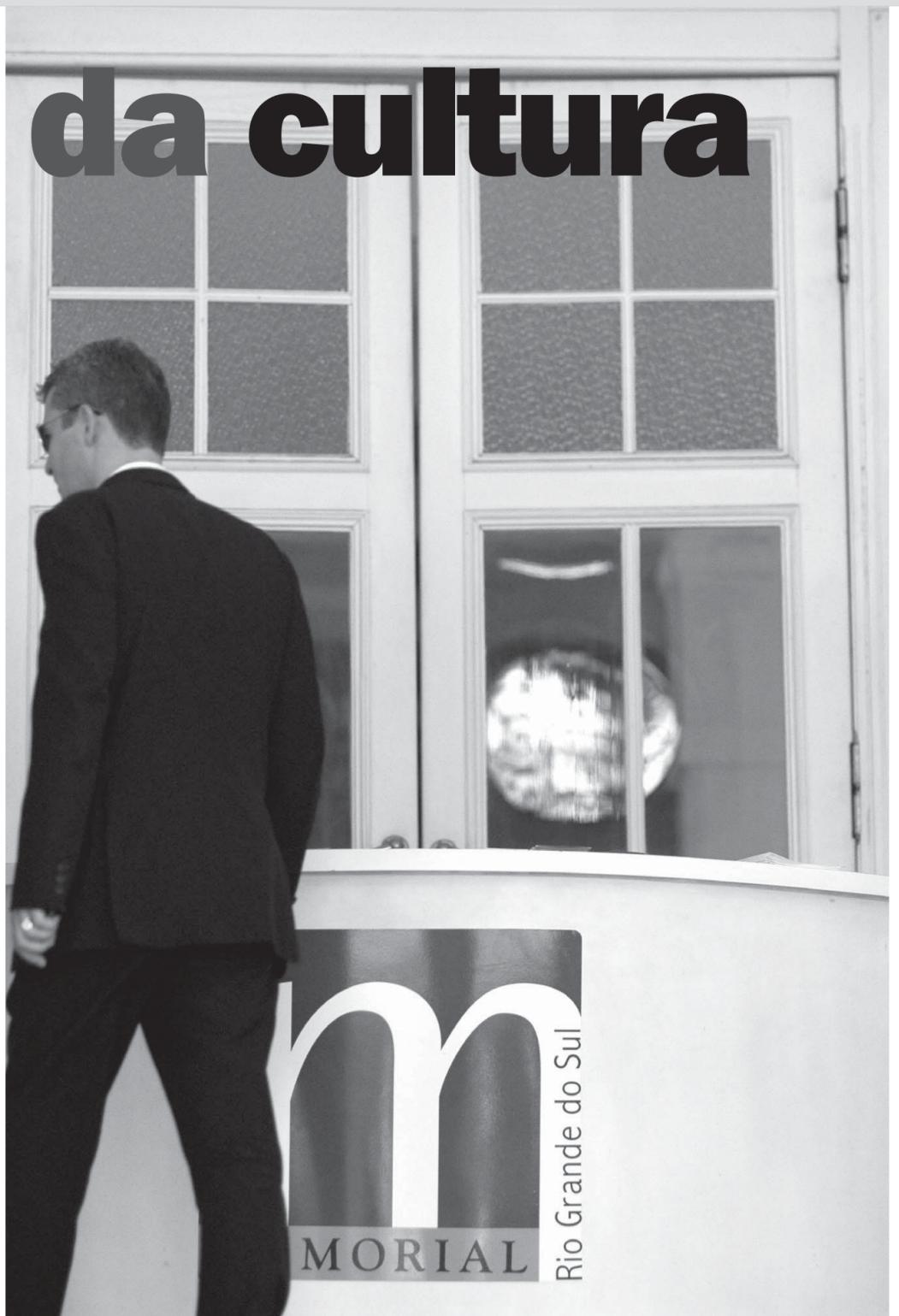
Financiamento – Além das leis baseadas em renúncia fiscal, há a possibilidade de financiamento público através de fundos. Em Porto Alegre, o Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultura (Fumproarte) é uma iniciativa bem-sucedida, que está completando 15 anos. O objetivo é fomentar a produção local de projetos sem apelo de mídia, esclarece o responsável pela gerência, Álvaro Santi. “O valor dos projetos é limitado individualmente em função da grande concorrência e da disponibilidade de recursos. Esse orçamento hoje é R\$ 2,4 milhões, então, não tem como atender grandes projetos.”

O Rio Grande do Sul também possui o Fundo de Apoio à Cultura (FAC),

que foi aprovado no final de 2001, ainda no governo Olívio Dutra. Esse fundo recebe dotação orçamentária todos os anos, mas até hoje não foi implementado. Segundo informações da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) no ano de 2008 foi estipulado o valor de R\$ 215 mil para o FAC. O orçamento para a Sedac em 2009 beira os R\$ 14 milhões, mas ainda terá de ser votado pelo Legislativo. Quanto ao fundo estadual, nada está decidido.

Comissão – Em outubro, a Assembléia Legislativa aprovou a implantação de uma Comissão de Representação Externa para acompanhar as denúncias de fraude na LIC. O requerimento proposto pelo deputado Ronaldo Zülke (PT) foi aprovado e a comissão instalada no dia 3 deste mês, iniciando uma agenda de atividades que tem como prazo para a entrega do relatório final o dia 2 de dezembro. Outra preocupação do parlamentar é a implementação do FAC. Zülke elaborou emenda ao orçamento de 2009 destinando R\$ 1 milhão ao fundo, mas a proposta foi vetada.

Na opinião do gerente do Fumproarte, Álvaro Santi, o fundo estadual poderia atender à produção local e projetos de valor pequeno, enquanto a LIC se encarregaria de grandes e médios eventos. “O ideal seria haver um equilíbrio entre o sistema de incentivo e o financiamento direto, mas a decisão do Executivo não virá sem pressão da sociedade”, conclui.



Como a investigação das fraudes pode contribuir para o desenvolvimento do setor

Burocracia

Os caminhos para a cultura no estado

“Falta um entendimento de que o desenvolvimento da cultura é fundamental para o estado.” Quem afirma é Guilherme Castro, presidente da Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos (APTC/RS) e professor universitário. Para o diretor e roteirista, é preciso considerar o aspecto econômico – que não engloba somente o trabalho dos artistas –, mas principalmente o ponto de vista simbólico, da constituição de idéias, da representação do mundo.

Castro conta que a APTC tem uma atuação política muito forte e participou ativamente dos processos de constituição da LIC, do Fumproarte e das políticas nacionais. “Temos sempre representantes no Conselho Estadual de Cultura e tivemos três presidentes nos últimos 10 anos.” Ele também assegura que a classe se mantém em contato com o governo. No entanto, disse que era a primeira vez que falava sobre os recentes escândalos descobertos pela Sedac. Quando a crise se instaurou, como uma crise política, o dirigente da entidade manteve-se afastado para ter uma perspectiva do que estava ocorrendo: “Porque é briga de bugio, a expressão é chula, mas estava muito feio, era briga de foice no escuro, muito pessoalizado”.

Guilherme Castro avalia que projetos que agora estão captando recursos pela LIC podem ser prejudicados. Mas para o todo, não haverá um grande impacto, porque a dificuldade é antiga, “o cinema já vem quase parando”. De acordo com ele, a lei de incentivo gaúcha não é um bom caminho para o patrocínio em cinema, o Fumproarte não dá conta da demanda e os editais nacionais têm muita concorrência. “O governo não mexeu uma palha para o Prêmio RGE, que era o principal prêmio de fomento de longa-metragem do Brasil.”

Outro fator que prejudica a produção audiovisual é a dificuldade dos projetos passarem pela análise técnica da Sedac, etapa anterior à apreciação do mérito pelo Conselho Estadual de Cultura. Na opinião do cineasta, a Secretaria burocratizou o que podia burocratizar. “Às vezes, há pedidos impossíveis, que não têm nexos com a realidade cultural do projeto.” Castro explica que na fase de elaboração não há como ter o nome de todos os fornecedores com CNPJ de que necessita um longa-metragem. “Isso desestimula muito, já fazemos cinema sem lucrar, parece que o estado não quer que se faça cinema, que trata a todos como vigaristas. Talvez o governo ache que não tem que fomentar a cultura, talvez haja uma motivação ideológica.”

Na área do teatro, Adriane Mottola, mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da UFRGS, conta que as produções do seu grupo, a Cia. Teatro di Stravaganza, são financiadas através de projetos municipais ou federais: “Entramos com projeto em todos os editais da Funarte/MinC e do Fumproarte. Em nível estadual, não há nenhum edital de fomento no momento, aliás o governo do estado é um fracasso para a cultura”.

Para a diretora, a LIC é para grandes eventos, “difícilmente captaremos (nós, grupos teatrais) se temos que competir com prefeituras dos municípios, Multipalco, Opus e seus grandes shows”. Adriane considera que “a produção artística gaúcha é muito maior do que os mecanismos de patrocínio, financiamento ou apoio comportam”.

Políticas públicas

É preciso que a comunidade saia do casulo

Desde que a mídia começou a dedicar atenção às irregularidades nos processos da Lei de Incentivo à Cultura, Mariangela Grando, presidente do Conselho Estadual de Cultura, virou protagonista do episódio. Tão logo ocorreu a operação da Polícia Federal para apurar a fraude que envolvia assinaturas falsificadas de secretários de Cultura, foram noticiados problemas na prestação de contas, primeiramente, do filme *Concerto Campestre*, do qual Mariangela assina a produção-executiva.

O Conselho é formado por 24 membros: 2/3 indicados pelos segmentos culturais e 1/3 indicado pelo governo. Suas atribuições estão definidas no artigo 225 da Constituição Estadual, como a formulação de políticas públicas e a fiscalização das ações que delas resultam.

“As pessoas foram induzidas a acreditar que o Conselho é o responsável pelas supostas fraudes no Sistema LIC, mas não sabem que ele não é tomador de contas, não distribui dinheiro (apesar julga o mérito dos projetos) e por lá só se encontram pareceres aos projetos, atas e livros de presença. Quem cuida de tudo isso é a autoridade gestora do Sistema, ou seja, a Secretaria de Estado da Cultura, que até agora não respondeu às perguntas óbvias das denúncias de irregularidades: primeiro, quem dentro da Sedac permitiu que produtores culturais que estavam sob investigação de fraudes continuassem cadastrados e apresentando projetos?, e segundo, quem, dentro da Secretaria da Fazenda, procedeu os créditos fiscais de ICMS a projetos que não tinham autorização para captação de recursos via LIC?”, inquiriu Mariangela.

Nesta entrevista, que a cineasta insistiu para que fosse realizada por e-mail, ela afirma que o orçamento da

Sedac é para bancar a sua própria estrutura. “E a LIC passou a servir a todos os tipos de interesse, inclusive financiando projetos do próprio governo, que também passou a buscar na Lei os recursos necessários para a manutenção dos equipamentos de cul-

tramento de financiamento à produção cultural de caráter independente. E também a ocasião ideal para que sejam implementados outros mecanismos de apoio à produção de bens culturais. Um exemplo é a definitiva implantação, com recursos robustos, do Fundo de Apoio à Cultura, que está no papel desde 2001 e até agora não foi implantado.

JU – Como fica a sua imagem?

MG – O tempo e a justiça irão provar que isso que foi levantado contra mim foi uma tentativa de denegrir a imagem do Conselho de Cultura, porque este nunca se alinhou às propostas populistas da atual dirigente da pasta da Cultura. Além do que, todas as acusações que levantou contra mim tiveram o endereço errado. Não fui eu quem prestou contas dos filmes *Lua de Outubro* e *Concerto Campestre*. Não sou a dona da empresa produtora e não tive, entre minhas atribuições como produtora executiva, o encargo de prestar tais contas. De todas as formas, imagino que as despesas ali constantes, e aquelas que realmente estão em meu nome (porque se mostraram várias notas que sequer estavam em meu nome) são facilmente explicáveis, uma vez que toda produção cultural tem uma marca em comum: a informalidade. E isso se dá por conta da absoluta situação de marginalidade em que vive o setor cultural e a falta de regimentos claros e com força de lei para a apresentação do relatório de despesas. Aliás, é bom que se diga que o reembolso de despesas está permitido pelas Instruções Normativas que regulamentam precariamente a tomada de contas, e estas já vigiam na época em que fiz os filmes, como continuam vigendo agora. Onde está o escândalo?

Mariangela Grando, presidente do Conselho Estadual de Cultura

tura pertencentes ao Estado e de sua responsabilidade em conservá-los, competindo de forma desleal com os produtores culturais!”

JU – A senhora acredita que esses escândalos possam afetar a produção cultural gaúcha?

MG – Já atingiu! E não é de hoje que venho alertando para o desmantelamento de toda a máquina cultural, após a chegada da Mônica Leal à pasta. O que se espera é que a comunidade cultural saia do seu casulo e se manifeste, através de suas entidades, para que esta oportunidade não seja desperdiçada. Agora é o momento de transformar a LIC realmente num ins-

Gestão

Os desafios da pasta

Segundo Mônica Leal, a previsão orçamentária da Cultura para 2008 foi de aproximadamente 12 milhões de reais, “sendo que destes, 7 milhões são para pagamento de pessoal e o restante para a manutenção das estruturas”. A Secretária tem mais de 30 segmentos, entre setores, instituições subordinadas e fundações vinculadas.

A secretária, também por e-mail, esclarece que o artigo 10º da LIC prevê a possibilidade de participação do Estado em até 25%, mas sua gestão não lançou mão desta prerrogativa.

JU – Quais as atitudes que a Secretaria tem tomado para que a cultura gaúcha não sofra mais arranhões?

ML – Não existem “arranhões” na cultura gaúcha na medida em que não há crise na Cultura. Mais uma vez, o que existiu foi uma fraude no Sistema LIC. Até porque o que mais temos na cultura gaúcha são projetos sérios e produtores honestos. Para coibir esse tipo de fraude no Sistema LIC, uma série de ações foram implementadas. A Contadoria e Auditoria-geral do Estado (Cage) está analisando projetos culturais apontados pelo Ministério Público; e uma força-tarefa foi criada para avaliar o passivo de projetos na prestação de contas, herdado de gestões anteriores, quando assumi havia mais de 1.000 projetos, já conseguimos reduzir em

30%; grupo de trabalho para tratar do aprimoramento do Sistema LIC, que nesta fraude mostrou ser frágil. É meta desta gestão implementar o Fundo de

“Para solucionar a questão do passivo de R\$ 14 milhões de reais foi elaborado um plano saneador de pagamento. Finalizamos 2007 com o passivo zerado. [...] Foi um trabalho de gestão árduo e aplicado, que conseguiu colocar nossa Secretaria em conformidade com a filosofia corajosa que inspira o governo Yeda Crusius.”

Mônica Leal, secretária de Estado da Cultura

Apoio à Cultura (FAC) que também está sendo estudado pelo grupo.

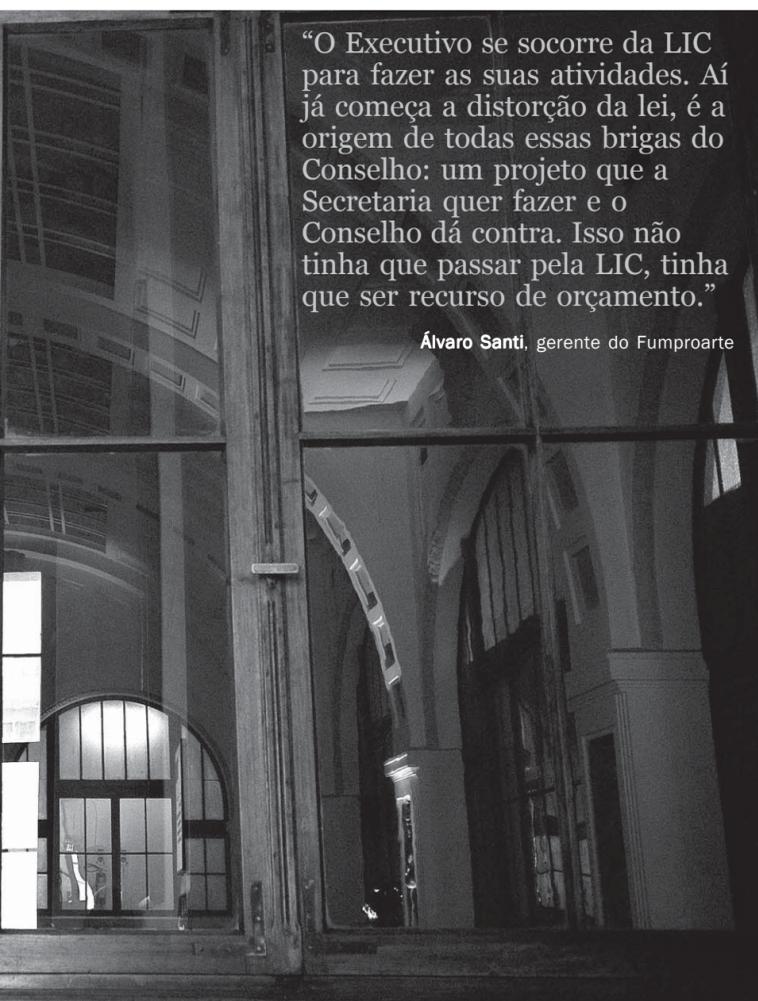
JU – Para Mariangela Grando, as suspeitas só chegaram ao seu nome por uma tentativa de deslegitimar o Conselho, que não aprovava as propostas oriundas da Secretaria. A sociedade gaúcha não entende

como essa situação pode se estender com tamanho embate entre a Secretária e a presidente do Conselho.

ML – Quando recebi a informação de que havia fraude no Sistema LIC, enviei os nomes das empresas supostamente envolvidas à Secretaria da Fazenda, para que averiguassem os casos. Isso foi em julho. Um mês depois, em 19 de agosto, recebi a ligação do Dr. Ricardo Englert, secretário-adjunto da Fazenda, confirmando a fraude. Também fui informada de que minha assinatura e de dois últimos secretários de cultura (Roque Jacobi e Victor Hugo) tinham sido falsificadas em cartas de habilitação e termos de compromissos, também explicitamente fraudados para obter patrocínio de forma indevida. Pedi para ver a cópia da documentação falsificada e de imediato procurei o Dr. Mauro Renner, autoridade máxima do Ministério Público, para pedir investigação a fim de que fossem detectados e responsabilizados os fraudadores. No decorrer das investigações deste processo, apareceram irregularidades em alguns projetos, entre esses, dois que têm a presidente do Conselho Estadual de Cultura como produtora-executiva. Minha obrigação como gestora do dinheiro público é encaminhar qualquer irregularidade aos órgãos competentes. Foi o que fiz.

“O Executivo se socorre da LIC para fazer as suas atividades. Aí já começa a distorção da lei, é a origem de todas essas brigas do Conselho: um projeto que a Secretaria quer fazer e o Conselho dá contra. Isso não tinha que passar pela LIC, tinha que ser recurso de orçamento.”

Álvaro Santi, gerente do Fumproarte





Mais poder para o Estado e estabilidade para o país

Equador

Nova Constituição é criticada, mas traz esperança para quem já depôs três presidentes

Jacira Cabral da Silveira

Desde 20 de outubro está em vigor a nova Constituição do Equador, aprovada com 63,93% dos votos no referendo realizado em 28 de setembro, quando mais de nove milhões de equatorianos foram às urnas. A nova Carta Magna foi elaborada por uma Assembléia Constituinte formada por 130 representantes eleitos pela população no início deste ano.

De acordo com a doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, Vanessa de Castro Boanada, controvérsias envolveram o processo de elaboração do texto constitucional, como as diferenças constatadas entre os artigos votados pelos membros da Assembléia e o texto final, revisado pela comissão de redação e entregue para a votação em referendo. Na época, o presidente equatoriano Rafael Correa atribuiu essas diferenças ao curto tempo disponível para a aprovação da nova Carta e declarou que, em caso de divergência, prevaleceria o texto votado pela Assembléia.

Após o término das votações e da redação, a Assembléia Constituinte entrou em recesso até a votação da Carta em referendo e a divulgação dos resultados. Nesse período, o país passou por um vácuo legislativo, já que o Congresso havia sido destituído quando da instalação da Assembléia Constituinte. Com a entrada em vigor da nova Constituição, encerraram-se os mandatos dos deputados do Congresso, eleitos em 2006. O Regime de Transição também prevê o fim dos cargos de 31 juizes da Corte Nacional Eleitoral. Segundo a nova Carta Constitucional, o órgão que cumprirá as funções parlamentares será a Assembléia Nacional Legislativa, a ser composta por 130 integrantes escolhidos no pleito geral de fevereiro do próximo ano.

O projeto da Constituição foi uma das propostas do governo de Rafael Correa e precisava de mais de 50% dos votos para ser aprovado. Ela permite que o atual presidente se reeleja imediatamente depois do fim de seu



O presidente Rafael Correa poderá concorrer à reeleição por mais dois mandatos

Disposições transitórias, anexadas ao texto constitucional, estabelecem um Regime de Transição

mandato de quatro anos e lhe possibilita a reeleição para mais dois mandatos consecutivos, permanecendo no governo até 2017. Outra prerrogativa é assegurar ao dirigente equatoriano o controle sobre a economia do país e criar a possibilidade de uma moratória da dívida externa considerada "ilegítima", concedendo ampla margem de manobra para negociação dos contratos de petróleo.

Congressillo – Disposições transitórias, anexadas ao texto constitucional, estabelecem um Regime de Transição que diz como o país será organizado até que sejam convocadas eleições gerais. Uma dessas disposições prevê a formação de um órgão legislativo transitório, que está sendo chamado pela população e pelos jornais locais de *Congressillo*. Este órgão é composto por parte dos membros que

participaram da Assembléia Constituinte, "a maioria de seus componentes pertence a partidos que apóiam a situação", comenta Vanessa.

Segundo ela, o *Congressillo* deverá aprovar leis, mas sobretudo, regulará a formação do Conselho Eleitoral, que, por sua vez, convocará eleições gerais em novembro/dezembro, devendo a votação ocorrer em fevereiro do próximo ano. Nestas eleições serão escolhidos governadores, prefeitos, congressistas e o presidente.

Após as eleições, os novos membros do Congresso serão empossados e, finalmente, o *Congressillo* deixará de existir. A pesquisadora ressalta que agora o Congresso Nacional, de acordo com a nova Constituição do país, passa a se chamar Assembléia Nacional, e continua sendo um órgão unicameral. "É por isso que está havendo confusão entre os termos", justifica.

Depostos – Fernando Francisco Quintana Dias, cônsul honorário do Equador para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina desde 1998 e biólogo ambientalista, conta que, nas últimas décadas, seu país passou por sérios problemas de administração política. Foram vários presidentes destituídos em dez anos: Gustavo Noboa (22/01/2000 a 15/01/2003), Lucio Edwin Gutiérrez Borbua (15/01/2003 a 20/04/2005) e Alfredo Palácio (20/04/2005 a 17/01/2007). "Isso trouxe uma instabilidade polí-

tica e econômica muito grande," observa Quintana. Na opinião do cônsul, o Equador está entre os países onde o setor público é altamente corrupto. Farto desse quadro de permanente abalo institucional, o representante equatoriano afirma que o referendo foi uma reação popular.

O equatoriano Byron Fabrício Acosta Andino, ingressou em 2007 no doutorado do Programa de Pós-graduação em Administração da UFRGS. Professor da PUC em Quito, ele acredita que a possível reeleição de Correa pode trazer equilíbrio a um país fragilizado, conforme lembrou Quintana. Ele destaca ainda as marcas de desgovernança que resultaram das sucessivas quedas dos ex-presidentes. Entretanto, ambos divergem quanto ao que motivou tais reações populares no passado próximo. Enquanto o doutorando avalia que, pela

A nova Carta do Equador prevê um mecanismo de controle mútuo entre o Executivo e o Legislativo

primeira vez, todos os segmentos sociais equatorianos uniram-se em torno de um mesmo objetivo, o cônsul entende que o afastamento dos presidentes teria sido uma reação popular frente à escassez resultante de pressões políticas: "O Congresso costumava barganhar com cada presidente eleito e se ele não confabulava começava a pressão para não governar. Isso se refletia em escassez", explica.

Para o representante equatoriano, o apoio popular hoje é legítimo, diferente de quando foi elaborada a Constituição de 1998. Além de não ter havido tal participação, a Carta foi definida pelo poder legislativo com uma falsa representação democrática. "Não houve consulta aos estudantes, às nacionalidades indígenas." Quintana lembra que foram criadas leis que serviram para dar apoio a bancos equatorianos quebrados, e destinados cerca de 700 milhões de dólares para salvar a rede bancária.

Tendo em vista esse passado de quedas presidenciais, Vanessa explica que a nova Carta do Equador prevê um mecanismo de controle mútuo entre o Executivo e o Legislativo - conhecido como "morte cruzada". Através desta medida, a Assembléia continuará tendo a prerrogativa de destituir o presidente caso seja constatado que ele exorbitou a esfera de seus poderes. No entanto, para garantir a estabilidade institucional, caso a Assembléia opte por esta medida, ela deverá convocar eleições não só para a presidência, mas para a própria Assembléia; ou seja, deverá se auto-destituir caso recomende a destituição do presidente. O mesmo ocorrerá se o presidente resolver dissolver a Assembléia, por ela estar obstruindo o governo ou projetos de interesse nacional. "Essa idéia tem, portanto, o objetivo de desbanalizar a utilização de mecanismos de controle como a destituição que, se adotada em casos extremos, passará agora pelo aval ou não da população, que se expressará por via das eleições que, por consequência deverão ser convocadas", completa.

A propósito da participação popular, a pesquisadora diz que a nova Constituição estabelece a criação de um quarto Poder, além do Executivo, Legislativo e Judiciário: "É o Poder de Controle e Participação Social, que terá seus membros indicados por organizações sociais e participará da elaboração de políticas públicas, do Plano Nacional de Desenvolvimento, entre outros". No entanto, estas indicações feitas por organizações sociais estão sendo questionadas quanto ao grau de representatividade de que estarão investidas: "Quais serão os critérios de apontamento? Que organizações estão aptas a indicar candidatos?", indaga-se Vanessa.

Texto garante direitos sociais à população indígena

A doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, Vanessa de Castro Boanada, analisa a nova constituição do Equador.

Jornal da Universidade – Até que ponto a nova Constituição é mais inclusiva?

Vanessa de Castro Boanada – Além de prezar pela participação democrática através de mecanismos diretos e indiretos, seu texto reconhece amplamente direitos indígenas -

como o direito à consulta prévia, em caso de exploração econômica em seus territórios a respeito da atuação de mineradoras, petrolíferas, madeireiras etc; e o direito à autonomia jurisdicional, desde que não contrarie dispositivo constitucional. Também atribui mais direitos econômicos e sociais, como a aposentadoria das donas de casa e a garantia de saúde gratuita universal.

JU – Como custear tais mudanças?

VCB – Muitos economistas duvidam da

capacidade orçamentária do Estado em realmente implementar e garantir todos os projetos de desenvolvimento e direitos sociais garantidos pela Constituição. De acordo com Rafael Correa, os recursos do Estado seriam garantidos pelo aumento na produção petrolífera, já responsável por cerca de 35% do orçamento.

JU – Mas a crise internacional tem afetado os preços do petróleo.

VCB – Os países membros da OPEP -

organização da qual o Equador é parte - resolveram reduzir a produção em 5% para estabilizar os preços frente à queda na demanda. Por isso, parece que alguns dos novos projetos sociais e de desenvolvimento nacional baseados nesta fonte de renda estão comprometidos e deverão ter seus custos revistos. O risco agora é que a garantia dos direitos econômicos e sociais esteja sujeita, como é comum observar em diversos países sul-americanos, ao princípio da aplicação progressiva.



Inimigo silencioso

Saúde

Por não apresentar sintomas, o vírus do HPV segue como uma das principais causas de morte de mulheres por câncer de colo de útero

O *Papilomavírus Humano*, mais conhecido como HPV, é uma doença silenciosa. Na maioria dos casos não é percebida pelo indivíduo, ou mesmo por exames médicos. As lesões clinicamente diagnosticáveis, normalmente localizadas nos órgãos genitais, podem demorar anos para aparecer. “O sintoma do HPV é que ele não apresenta sintomas”, confirma o médico ginecologista e professor da Faculdade de Medicina da UFRGS, Paulo Naudi. Além disso, o ele é a doença sexualmente transmissível mais comum no mundo, ficando na frente até da temível AIDS. Para a doutora e pesquisadora Luisa Villa, uma das mais respeitadas especialistas da doença no país, isso ocorre graças à sua fácil transmissão, somada ao fato de o HPV frequentemente não apresentar indícios. Dessa forma, as ocasiões de contágio se multiplicam. A médica, também diretora do Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer no Brasil, esclarece: “Uma vez que as lesões não são facilmente verificáveis e não há muitas informações sobre a doença, a pessoa não se protege o suficiente. O exemplo mais comum é a falta do uso regular da camisinha”. As mulheres acabam se tornando as principais vítimas, pois o vírus ataca o colo do útero, causando câncer na região.

Quem descobriu a conexão entre o HPV e o câncer no órgão feminino foi o cientista alemão, Harald Zur Hausen. Ele é um dos agraciados com o prêmio Nobel de Medicina deste ano, devido a essa descoberta. Seus estudos foram realizados no Centro de Pesquisa sobre o Câncer da Alemanha, na cidade de Heidelberg, durante a década de 70. Na época, acreditava-se que o vírus estava ligado apenas a verrugas genitais e que o câncer de colo do útero era resultado de uma infecção por herpes. A pesquisadora conta que Hausen, ao perceber que as células de verrugas na genitália possuíam sinais diferentes, passou a buscar outros agentes microbiológicos responsáveis pelo problema. A existência de relatos de pessoas com essas verrugas que haviam transmitido as lesões para seus parceiros ajudou a identificar um padrão de contágio. “Hausen acabou encontrando novos genomas virais que, por se assemelharem aos *Papilomavirus*, foram classificados na mesma família (*Papillomaviridae*)”, completa a médica. O estudo foi considerado inovador, pois até então se acreditava que os vírus não tinham relação com os tumores. O cientista demonstrou que o HPV era responsável por alterações genéticas nas células, as quais levavam à doença.

Prevenção – A comunidade científica contabiliza a existência de mais de 200 espécies de HPV diferentes. Segundo Paulo Naudi, há alguns tipos que causam apenas lesões de mucosas e verrugas nos genitais e outros que não produzem nenhum

desses efeitos, mas que podem induzir à formação de lesões pré-malignas, isto é, podem gerar câncer. “Dentre os que atacam os genitais masculinos e femininos, a maior agressividade acontece entre as mulheres, que podem desenvolver o câncer de colo de útero”, diz o ginecologista. Sabe-se pouco da história natural do HPV em homens. Conforme Luisa Villa, eles têm elevadas taxas de infecção por HPV no pênis, escroto e ânus, porém, uma proporção menor de doenças. “A não ser pelas verrugas genitais, são raros os tumores de pênis e, ainda mais raro, o câncer, mas isso não quer dizer que eles não devam se proteger”, completa a médica. Dos 45 tipos de HPV que infectam os órgãos genitais do homem e da mulher, em torno de 15 têm potencial para desenvolver o câncer. Os mais perigosos são os HPV 16 e o HPV 18. Paulo ressalta que, de cada quatro casos de câncer de colo de útero, três têm relação com esses tipos de vírus.

Estudos comprovam que 50 a 80% das mulheres sexualmente ativas serão infectadas em algum momento de suas vidas por um ou mais tipos de HPV. Contudo, a maioria das infecções é transitória, sendo combatida pelo sistema de proteção do corpo, principalmente entre as mulheres mais jovens. Qualquer pessoa infectada com HPV desenvolve anticorpos, mas nem sempre esses são competentes o suficiente para eliminar o vírus. Por isso é tão importante, no caso das mulheres, a prevenção do câncer de colo de útero, a partir do conhecido exame *Papanicolaou*. “Deve-se realizá-lo de forma regular, a cada ano, após o início da atividade sexual, ou no máximo a partir dos 25 anos. Com dois resultados seguidos negativos, e na ausência de qualquer sintoma, este intervalo pode ser estendido a cada três anos”, explica Luisa. Há outras modalidades de rastreamento baseadas em testes moleculares de HPV em discussão, mas que ainda não são utilizadas, nem em países desenvolvidos. O médico adverte que o câncer de colo de útero é um problema de saúde pública, uma vez que, depois do câncer de mama, ele é o mais freqüente no Brasil e no mundo. “É importante frisar isso: esse tipo de câncer é o único possível de ser eliminado como problema de saúde pública, justamente pelos exames de prevenção, aí você pode encontrar e tratar as lesões que antecedem o surgimento da doença.”

Vacinas – Atualmente existem duas vacinas contra o HPV no Brasil, liberadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Uma delas é a Vacina Quadrivalente fabricada pelo laboratório americano Merck Sharp & Dhome (MSD), há mais tempo no mercado. A outra, que teve sua comercialização aprovada no país neste ano, é a Vacina Cervarix, produzida pelo laboratório britânico

GlaxoSmithKline (GSK). Ambas são vacinas profiláticas, isto é, estimulam o desenvolvimento de anticorpos no sistema de defesa humano, a fim de evitar que o vírus entre no organismo da pessoa. Paulo Naudi diz que a Cervarix, segundo pesquisas científicas, induz a uma produção maior de anticorpos por ter um adjuvante (substância medicinal) mais potente. Já a Quadrivalente defende contra quatro tipos de HPV (6,11,16,18) e

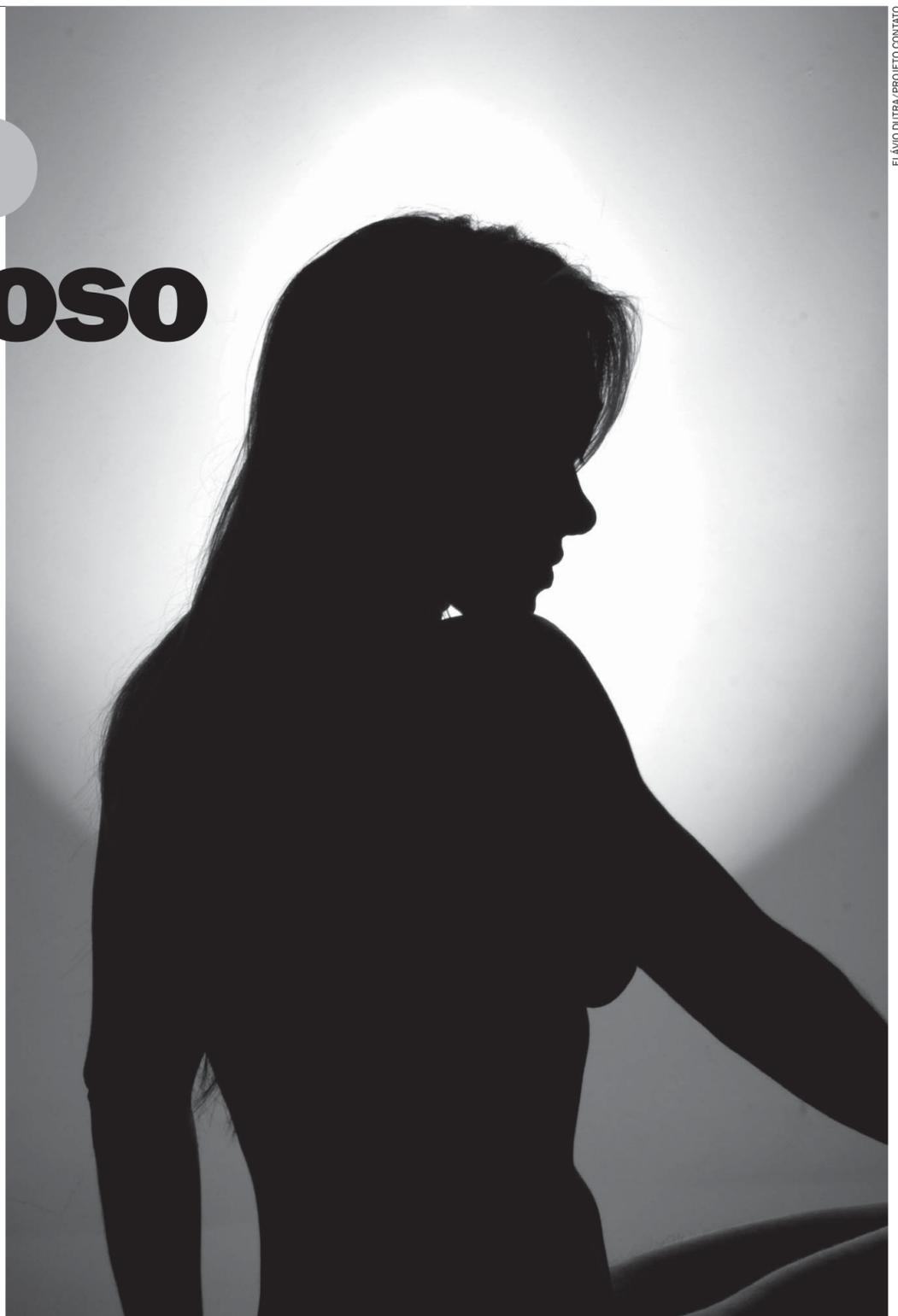
Estudos comprovam que 50 a 80% das mulheres sexualmente ativas serão infectadas em algum momento de suas vidas por um ou mais tipos de HPV

“previne também contra o câncer de vulva, vagina e as verrugas genitais”, afirma Luisa Villa. O importante é que haja mais essa possibilidade de proteção contra a doença no mercado brasileiro. A pesquisadora paulista acrescenta: “Em todo o mundo, há quase meio milhão de casos novos de câncer do colo do útero, dos quais 70% poderiam ser controlados com uma vacina eficaz contra o HPV 16 e

18”. As vacinas profiláticas devem ser administradas em idade anterior ao primeiro coito, justamente por ser uma doença de transmissão sexual. Segundo a médica, sua durabilidade de proteção seria de pelo menos cinco anos. O Ministério da Saúde autorizou a vacinação para pessoas dos nove até os 26 anos de idade.

Os custos de cada dose são elevados, variando de R\$ 300 a R\$ 400, sendo que a recomendação é que se devam fazer três aplicações, o que eleva o custo total para mais de R\$ 1.000. Um preço ainda além da realidade para a maioria dos brasileiros, motivo pelo qual somente as clínicas privadas comercializam esses medicamentos. Ou seja, menos de um por cento da população brasileira tem a chance de se proteger contra o HPV. Luisa informa que estão em curso negociações com as empresas farmacêuticas, mas é difícil dizer quando o governo decidirá pela introdução das vacinas no Sistema Único de Saúde (SUS). “Devido às dificuldades de criação de programas de rastreamento, além de questões técnicas e sociais, considero que uma vacina contra o HPV poderia ter, a médio e longo prazo, um impacto mais expressivo na taxa de incidência desse câncer em nosso país”, diz a pesquisadora. Mas é preciso esclarecer sob as condições em que vacina pode se tornar um mecanismo eficaz de prevenção, para não gerar uma expectativa irreal de solução do problema. Por isso, ela acredita na necessidade de continuar com a prevenção e as políticas de promoção.

Rafael Gloria, estudante do 4º semestre de Jornalismo da Fabico



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Um instituto para erradicar a doença

A idéia de criar um Instituto de Prevenção do Câncer de Colo do Útero (Incolo) surgiu de um grupo de médicos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Em junho de 2000, foi feita a primeira reunião para definir o projeto. Nesse encontro estavam presentes os fundadores do Instituto. Entre eles, o seu atual presidente, o médico ginecologista Paulo Naudi. Ele diz que o Incolo é uma entidade não-governamental, criada para que se possam fazer ações junto à sociedade com o intuito de acabar com o câncer de colo de útero no Rio Grande do Sul. O órgão oferece vários cursos e palestras para aqueles que desejam se aprofundar mais no assunto e esclarecer possíveis dúvidas.

Um dos programas mais interessantes é o convênio que a entidade possui com a Secretaria de Estado da Saúde. “Nós damos cursos de treinamentos e capacitação sobre o Câncer de Colo do Útero para todos os médicos do estado que queiram participar. A gente tem feito esse curso regularmente, e sempre com alto interesse dos profissionais da área”, explica Paulo. A conscientização da população, o treinamento de profissionais, o fornecimento de tecnologia e a criação de centros regionais de atendimento, descentralizando o rastreamento, foram os meios encontrados pelo grupo para ajudar a combater a doença.



30 anos em busca da verdade

Operação Condor
Livro do jornalista Luiz Cláudio Cunha revela detalhes do seqüestro que expôs as conexões entre os agentes da repressão uruguaia e brasileira

Ânia Chala

Tranquilo e determinado, o jornalista gaúcho Luiz Cláudio Cunha vai desfiando didaticamente sua experiência de repórter ao reconstituir os fatos relacionados ao seqüestro dos uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Diaz, e os filhos dela, Camilo e Francesca, por policiais brasileiros em novembro de 1978. Ele esteve na 54ª Feira do Livro de Porto Alegre, lançando *Operação Condor – O seqüestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura* (L&PM, 2008, 472 págs.) e participou do ciclo de palestras *O passado que não passa – as marcas dos “anos de chumbo” no tempo presente*, promovido pelo Programa de Pós-graduação e pelo Departamento de História da UFRGS.

Passados 30 anos, Luiz Cláudio retoma os acontecimentos com uma visão mais próxima de um historiador do que de um jornalista e acredita esta mudança ao tempo decorrido e ao distanciamento físico, que lhe deram a frieza e a paciência necessária para esquadrihar biografias e conferir versões. Quando começou a remontar a história do seqüestro, percebeu que não era um episódio isolado: “Aquilo vinha de antes, vinha dos anos 70 do governo Médici, do AI-5 de 1968, do golpe de 1964. E não era algo que acontecia só na Botafogo, mas também na Tutóia do DOI-CODI, em São Paulo; na Barão de Mesquita do DOI-CODI, no Rio; na Automotores Orletti, centro de tortura dos uruguaios em Buenos Aires; nos quartéis de tortura de Montevidéu; nos centros da DINA, no Chile. A Botafogo era o microcosmo de uma sombra que se abatia sobre o Cone Sul, porque todos os generais eram ditadores, todas as ditaduras eram irmãs e isso só poderia acabar na mercosul do terror que foi a Operação Condor”, conclui.

Memória fotográfica – O jornalista conta que os repórteres-fotográficos João Baptista Scalco (JB), Ricardo Chaves (Kadão) e Olivio Lamas tiveram papel fundamental no esclarecimento dos fatos. E descreve os momentos em que a intervenção deles foi decisiva. “JB, com uma arma apontada para o rosto, registrou na memória o rosto dos policiais que estavam no apartamento dos uruguaios, identificando Didi Pedalada; Olivio gritou pelo nome da agente do DOPS que manteve as crianças sob custódia, a fim de que ela fosse fotografada por um colega e reconhecida pelo menino Camilo; e Kadão, com sua teleobjetiva, desmontou a farsa armada pela polícia, que havia ma-



O episódio da rua Botafogo foi o microcosmo de uma sombra que se abatia por todo o Cone Sul

CADINHO ANDRADE/JU

quiado um dos policiais envolvidos no episódio para desacreditar a descrição publicada pela imprensa”.

Aos poucos, as peças de um intrincado quebra-cabeça que reunia policiais civis e militares do Brasil e do Uruguai se encaixavam. Na época, Luiz Cláudio chefiava a sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre. As matérias sobre o caso foram publicadas nas edições de novembro de 1978 a julho de 1980, num trabalho que consumiu cerca de dois anos de investigação. “Fomos avançando nome a nome, mas não foi fácil. O delegado da Polícia Federal Edgar Fuques fez um inquérito dizendo que os uruguaios haviam saído espontaneamente do país. Jarbas Lima, relator da CPI sobre o seqüestro, instalada na Assembléia Legislativa, conseguiu produzir um relatório no qual afirmava que, não ha-

“Passamos pela ditadura sem ter punido nenhum torturador”

vendo corpo de delito (afinal os uruguaios haviam desaparecido), não havia crime. O advogado Lia Pires, contratado para defender os seqüestrados, pediu formalmente para ouvir os seqüestrados. Como eles não vieram, disse ser impossível levar adiante o processo. Só que Lílian e Universindo estavam pendurados em uma masmorra em Montevidéu sendo torturados. Tínhamos que lidar com esse formalismo que zombava da inteligência das pessoas.”

Luiz Cláudio recorda o momento em que o delegado Pedro Seelig e os policiais Irno e Didi Pedalada finalmente foram a júri. “Pela primeira vez, desde 64, a repressão sentou-se no banco dos réus.” Mas, 21 anos depois do fim da ditadura, o único condenado foi Didi Pedalada. E assim mesmo, a seis meses de prisão por abuso de autoridade. “Passamos pela ditadura sem ter punido nenhum dos canalhas envolvidos na tortura. En-

quanto isso, no Uruguai, dois ex-presidentes foram parar na cadeia, Juan Maria Bordaberry e o general Gregório Álvarez, comandante do Exército na época do seqüestro. Há um mês, um juiz de Buenos Aires, despachou para a prisão o general Jorge Videla, aos 83 anos”, lamenta o jornalista.

Impunidade – Sob o argumento de que a anistia serviu aos dois lados, fazer tais comparações suscita acusações de revanchismo. Luiz Cláudio vai mais longe e considera que a tortura rachou o governo Lula. “A Advocacia Geral da União ingressou na Justiça de São Paulo contra o Ministério Público que está tentando condenar os militares Aldir Maciel e Carlos Alberto Brilhante Ustra por tortura. É uma ação declaratória, que não irá botá-los na cadeia, mas simplesmente defini-los como torturadores. Isso é uma coisa simbolicamente importante.” Para quem sustenta que fazer tal defesa é obrigação da AGU, o jornalista rebate dizendo que essa foi uma decisão política. “Eles poderiam fazer três coisas: entrar na justiça para defender os militares; não entrar e deixar que a questão se resolvesse entre a família e os torturadores; ou então entrar como parceira da promotoria, o que seria uma decisão bonita.”

Segundo Luiz Cláudio, isso ocorre porque o Brasil quer passar, hipocritamente, a idéia de que tivemos uma ditadura asséptica. “Por isso, carrego no perfil do Seelig, com relatos muito duros sobre torturas praticadas por ele e sua equipe. Ele foi o policial gaúcho mais famoso e mais temido da época da repressão. E ninguém havia falado dele como fiz em meu livro”, explica.

Para ele, a lição dessa história toda é que as pessoas têm que escolher o lado certo. Em sua avaliação, personagens como o governador Synval Guazzelli não souberam ficar do lado certo, e seu sucessor, Amaral de Souza, optou pelo lado errado.

Biografia rebaixada – “Guazzelli hesitou diante da chance histórica de se afirmar pela aposta no futuro da democracia e acabou escolhendo o passado da ditadura”, avalia Luiz Cláudio, para quem a atitude do governante foi uma grande decepção: “Achava que ele podia ser maior do

que a crise, pois contava com a simpatia da opinião pública, da imprensa e da própria oposição. Mas, para minha decepção, ele foi coerente com os generais que o tinham colocado no cargo. Errei por esperar demais dele”.

O jornalista revela que, ao longo das investigações, acabou descobrindo um detalhe que rebaixou ainda mais a biografia do ex-governador gaúcho. Ele teria sido o idealizador da Lei Falcão, aquela em que os eleitores assistiam a uma propaganda eleitoral muda, que divulgava apenas nome, número e a sigla do partido de cada candidato. Era o santinho eletrônico. “Guazzelli apresentou a idéia durante reunião secreta com o presidente Geisel e o ministro da Justiça, Armando Falcão, no dia 10 de junho de 1976. Com isso, ajudou a enterrar por mais tempo a democracia. No DNA da Lei Falcão está a paternidade oculta do ex-governador”, conclui.

Vidas preservadas – Na busca por testemunhas do seqüestro, Luiz Cláudio encontrou muitos que se recusaram a falar, com medo da repressão. No meio das investigações, descobriu o bilheteiro da empresa de ônibus TTL Adélio Dias de Souza, que presenciou o momento em que Lílian foi abordada por policiais, ao desembarcar na rodoviária da capital. “Ele reconheceu Seelig mas, levado diante do promotor que investigava o caso, recusou-se a depor. “Não podíamos condenar sua decisão. Só nos cabia respeitá-la.”

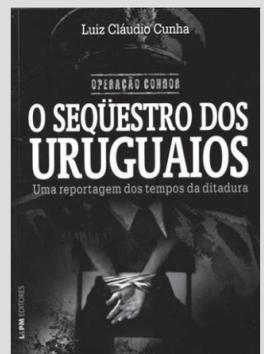
Nesse ponto, Luiz Cláudio faz uma reflexão sobre a ética do jornalista, questionando até que ponto se tem o direito de pressionar uma fonte. “Para mim, não existe nada mais importante do que a vida. E o jornalismo deve trabalhar em função dela. Se a vida do Adélio estava em risco, tínhamos de preservá-la. Como todos nós, ele era uma vítima.” O nome do bilheteiro só foi revelado em 1993, 15 anos depois do seqüestro, quando ele concordou em dar uma entrevista.

Hoje, o autor avalia que o jornalismo tem outros desafios. “Agora não é mais uma questão de coragem, mas de foco, de sensibilidade. E cada um faz sua opção. Naquela época, era preciso escolher entre o bem e o mal, não havia nuances.”

Jornalismo do dia seguinte

Para Luiz Cláudio Cunha, a imprensa escolheu o lado certo na luta contra a ditadura. Mas, logo que saiu o comunicado das forças armadas uruguais informando que Lílian e Universindo estavam presos naquele país, o jornalista da revista *Veja* e dois colegas da Coojournal foram os únicos representantes da imprensa brasileira a viajar para Montevidéu, acompanhando a identificação do prédio do DOPS porto-alegrense feita por Camilo, o filho de Lílian. “A Coojournal vendeu a matéria com exclusividade para a Folha de S. Paulo, para o Jornal de Brasília e para a Zero Hora. Quando o editor-chefe de Zero Hora, Carlos Fehlberg, pegou o texto fez algo inusitado: colocou uma retranca acima da matéria dizendo que aquele material era da agência Coojournal e estava sendo simultaneamente publicado pela Folha de S. Paulo e pelo Jornal de Brasília. Revelando que o material não era exclusivo, tentava proteger-se de represálias. A matéria baixou para a gráfica e, misteriosamente, não foi publicada no dia seguinte. Alguém a expurgou e só pode ter sido ele mesmo. Vale lembrar que Fehlberg havia sido secretário de imprensa do governo Médici por quatro anos.”

Durante a fase de pesquisa para o livro, o jornalista deparou-se com outras atitudes constrangedoras para a imprensa da época. A mais emblemática foi quando veio a público o envolvimento de Pedro Seelig como comandante da operação. No dia seguinte, todos os jornais de Porto Alegre omitiram a informação. “As manchetes diziam ‘Jurista francês acusa general uruguaio’, e o nome do delegado, o personagem mais importante do ponto de vista dos leitores gaúchos, não foi divulgado, quebrando aquela lei básica do jornalismo que diz que a província vem em primeiro lugar.” Somente no dia seguinte, apareceria uma referência velada à participação de policiais gaúchos, ainda por cima atribuída à Agência JB. Luiz Cláudio diz que aquele foi um ato de covardia explícita, embora ressalve que a imprensa brasileira teve um papel fundamental em manter a história viva e a ditadura acuada.





Arte que conta história

Anos rebeldes
Museu da UFRGS expõe obras produzidas por presos políticos durante a ditadura militar brasileira

A década de 60 ficou marcada como um período de grandes transformações comportamentais a nível mundial, no campo das idéias, dos costumes, das ciências e das artes. No Brasil, a crise política que se arrastava desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, desencadeou no golpe de 1964 e na implantação da ditadura militar. A repressão instalou-se imediatamente após o golpe: direitos humanos foram ignorados e liberdades democráticas extintas.

Mesmo assim, os artistas brasileiros prosseguiram nas suas experiências de renovação estética, adotando posturas e linguagens politicamente engajadas e mantendo a contestação política através de suas produções artísticas. Muitos foram perseguidos, presos e torturados, outros obrigados a buscar exílio no exterior. As obras de arte eram censuradas, apreendidas e até mesmo destruídas pelo regime.

A exposição “Arte e memória: Anos rebeldes”, em cartaz no Museu da UFRGS, apresenta uma pequena amostra de obras produzidas por artistas de todas as regiões do país nesse contexto histórico. O acervo foi enriquecido com a coleção pessoal do jornalista, escritor e artista plástico Alípio Freire, que palestrou na abertura da exposição ao lado do curador Fábio Magalhães. Em suas falas, ambos retomaram o contexto em que as obras foram produzidas.

Alípio nasceu em Salvador (BA) em 1945 e mudou-se para São Paulo com 16 anos, onde mora desde então. Foi militante entre 1967 e 1983 da Ala Vermelha (grupo dissidente do PC do B) e esteve preso de 1969 a 1974. Além da Operação Bandeirante e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), esteve nos presídios Tiradentes, na Casa de Detenção do Carandiru e na Penitenciária do Estado de São Paulo. Nesta entrevista, ele fala sobre sua experiência na luta contra a ditadura, dos anos que pas-

sou na prisão e sobre as obras expostas no Museu.

Jornal da Universidade - De onde surgiu a idéia de montar a exposição?

Alípio Freire - Na verdade, a proposta surgiu de contatos entre a UFRGS e o professor, museólogo e artista plástico Fábio Magalhães, responsável por toda a curadoria, inclusive pelo convite que me fez para incluir as obras desse acervo de produções nos presídios paulistas. Somos amigos há muitos anos, e ele sabia da existência desse material, do qual conhecia a maior parte.

JU - Qual a origem dessas obras?

AF - O acervo que formei tem pouco mais de cem obras, todas produzidas em presídios de São Paulo, e cobre um período de 1969 a 1979, quando houve a anistia. Tenho trabalhos realizados por presos políticos no DOPS, Tiradentes, Carandiru, Penitenciária do Estado de São Paulo e no Presídio Romão Gomes (conhecido como Barro Branco). Dentro das casas prisionais, os presos políticos ficavam isolados dos presos comuns, pois eram considerados até mais perigosos e temia-se que pudessem contagiar os outros com idéias subversivas.

JU - Como essas obras conseguiram ser retiradas e reunidas mesmo com a repressão e a censura?

AF - Nos presídios, mais que o fato de ocuparmos nosso tempo, o fazer arte era uma importante atividade no sentido de pagarmos algumas despesas nossas, seja com advogados ou com alimentação, cigarros etc. E, muitas vezes, também de ajudar as famílias de muitos companheiros presos. Os materiais básicos eram fornecidos pelo próprio presídio. Assim, semanalmente, no dia de visitas, os trabalhos eram levados por elas para serem vendidos. Uma armadilha engraçada que a direita preparou para si mesma: a idéia de que a arte é alguma coisa acima da política, das disputas filosóficas, ideológicas. Então, exceto em um ou outro caso, as obras passavam normalmente pelos censores e revistas da saída. Um exemplo de exceção a essa regra: fiz uma carta para a minha então companheira que tinha ido me visitar. A carta foi enviada para a censura, como era a regra (até por que não imaginava que fosse haver qualquer problema, pois quando era algo que pudesse ser censurado, tínhamos outros mecanismos clandestinos de fazer sair). Pois bem, a mi-



O jornalista Alípio Freire agregou à mostra parte de sua coleção pessoal

CADINHO ANDRADE/JU

nha carta foi censurada e anexada ao meu processo, porque continha uns desenhos (nus femininos) e uns textos, poemas eróticos. E nada tão forte assim. Algo extremamente lírico. Acabei tendo meu direito a visitas suspenso por duas semanas. Ainda fui ameaçado de responder a um outro processo por esse motivo, certamente, suponho, por subversão da moral e dos bons costumes.

JU - Do que são feitas as obras?

AF - A maioria dos trabalhos é feita sobre papel. Mas temos também telas e montagens. As técnicas são as mais variadas: desenhos, colagens, pinturas, xilogravuras, pirogravuras, várias ‘técnicas mistas’ etc.

JU - Quem são os artistas? Eles tiveram relação com a esquerda do país?

AF - São eles: Alípio Freire, Avatar Moraes, Antonio Dias, Carlos Henrique Heck, Carlos Takaoka, Carlos Zílio, Cláudio Tozzi, Flávio Império, Ivan Serpa, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Sérgio Ferro e Sérgio Sister. Do acervo fazem parte obras de pessoas que já trabalhavam com artes plásticas antes da prisão, bem como de outros que só trabalharam a partir e durante o tempo em que estiveram

presos. O fato é que os artistas presos estavam antenados com o que acontecia para além dos muros dos presídios, como poderá ser observado pelos trabalhos que estão expostos.

Desse acervo, o Fábio escolheu 11 obras e um 12º trabalho – uma matriz de xilogravura – que foi uma produção coletiva realizada no presídio Romão Gomes. Esses artistas eram todos militantes orgânicos, engajados nas diversas organizações políticas clandestinas que lutavam contra a ditadura e pelo socialismo. Pertenciam a grupos como a Ala Vermelha e a Ação Libertadora Nacional (ALN). No entanto, muitos outros estiveram presos e realizaram belos trabalhos, ainda que em uma quantidade muito reduzida.

JU - Qual a importância da arte para vocês dentro dos presídios?

AF - Era como uma ‘válvula de escape’. As torturas, além de machucar e extrair informações, tinham como objetivo destruir a pessoa por dentro, desmoralizá-la perante os outros e perante si mesmo. E a arte era uma forma de se reestruturar.

JU - Você acha que uma exposição como essa consegue conscientizar e mostrar às novas gerações, que não viveram aquele período, o que realmente aconteceu?

AF - Como o Luiz Fernando Veríssimo comentou certa vez sobre seus textos, quem os lê, como quem se interessa por uma exposição como esta, já tem de algum modo uma posição. No máximo, se estão se iniciando no mundo, abre-se uma janela. Não é de se desprezar, mas não é muito mais que isto. Creio que a maior importância é o fato de as pessoas receberem uma informação a mais, que juntará com uma série de outras e começará, assim, a reconstruir a história política do nosso país, das lutas dos nossos trabalhadores e do nosso povo, por uma sociedade igualitária e livre. E mais, através desses trabalhos começa-se a estabelecer uma tensão para os mais jovens: segundo a história oficial que vem se firmando, os militantes daqueles anos eram terroristas, perigosos, violentos, incultos. Pois bem, como combinar essa idéia que pode ser resumida por “boçais” com os trabalhos que estão expostos?

JU - Ao contrário de outros países latino-americanos que também passaram por ditaduras, no Brasil, até aqui, evitou-se punir os

Exposição “Arte e memória: Anos rebeldes”

Curadoria: Fábio Magalhães
Local: Museu da UFRGS – Av. Oswaldo Aranha, 277
Visitação: até 19 de dezembro, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.
Agendamento de grupos pelo site www.museu.ufrgs.br ou através dos telefones 3308-4022 e 3308-3436.

torturadores. O que você acha disso?

AF - Acho uma coisa terrível, muito triste. Mas vejo que já está mudando. O caso do Coronel Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI durante a ditadura militar, que perseguiu e torturou a família Teles e recentemente foi declarado torturador) é um exemplo disso. Foi uma porta que se abriu. A justiça tem de ser feita. Não com violência, não com agressividade. Mas com todos os recursos de defesa que eles têm direito. Com certeza, é uma ferida aberta.

JU - O poder da obra de arte como denúncia acaba perdendo força na democracia?

AF - Não. Com certeza, em momentos de crise ela é mais intensa, tem um caráter de luta. Tudo é mais intenso. Mas mesmo na democracia há pelo que lutar. Contra desigualdades sociais e injustiças, é possível contestar sempre.

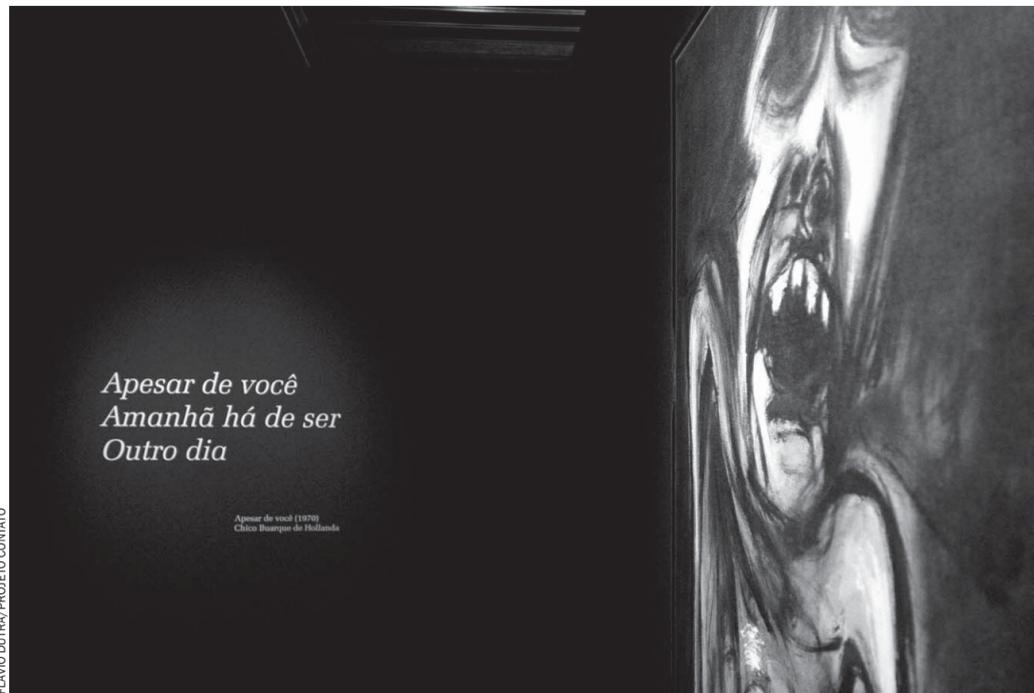
JU - A indenização recebida recentemente por alguns perseguidos pela ditadura não desmoraliza a luta?

AF - Não, de jeito nenhum. O Estado tem a obrigação de preservar a integridade dos cidadãos e arcar com os prejuízos, caso não cumpra esse compromisso.

JU - Como você reage às críticas dos que afirmam ser um saudosismo continuar resgatando a contestação à ditadura?

AF - Acho que quem pensa assim é um saudosista da ditadura. Ou melhor, das ditaduras em geral.

Pedro Cassel, estudante do 3º semestre de Jornalismo da Fabico



Apesar de você Amanhã há de ser Outro dia

Apesar de você (1970)
Chico Buarque de Holanda

FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

► **Redação** Caroline da Silva | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

Espetáculo pesquisa linguagem

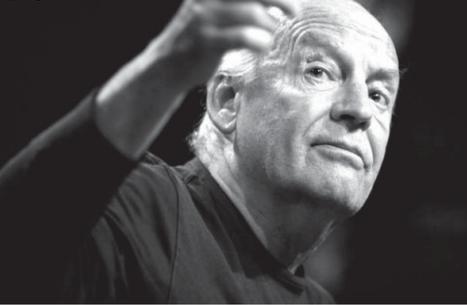
Mostra

Final de ano é época de uma enxurrada de atrações teatrais nos espaços da UFRGS

A cada período acadêmico, a Mostra DAD brinda a comunidade com montagens desenvolvidas no âmbito da sala de aula. Um dos espetáculos deste mês é a etapa inicial de um projeto sobre a obra do escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano. A primeira fase de *Galeano - Mostra 1* é uma pesquisa de linguagem: "O processo de criação e treinamento do ator está em foco mais do que o espetáculo", explica a diretora Ana Paula Zanandrea. A peça é fruto de um trabalho para as disciplinas finais do curso de graduação em Teatro. As atrizes Priscilla Colombi e Elisa Volpato cursam Estágio de Atuação I e Ana Paula, o Projeto de Estágio de Montagem. As graduandas têm a orientação da professora Inês Marocco.

A diretora afirma que a decisão de dividir o trabalho possibilitou o tempo necessário para a dedicação à

Obra do escritor uruguaio Eduardo Galeano inspira projeto



pesquisa. "Procuramos criar uma linguagem estilizada que mescla a dança e a música com o teatro, permitindo abordar a obra de Eduardo Galeano com foco em seus contos mais fantásticos e oníricos. Apesar de primar pelo corpo e movimento, tentamos usar os textos preservando seu valor literário." Ana Paula diz que o texto tem destaque na montagem, os contos são mantidos em terceira pessoa, com as atrizes narrando a sua própria ação. "Finalmente, a razão de montar contos de Eduardo Galeano vem tanto pela beleza das suas histórias como pelo estilo e maneira de escrita."

O fio condutor do espetáculo é a história de Helena, da infância até a idade adulta, contada através de seus sonhos. Os contos selecionados são das obras *O Livro dos Abraços*, *As palavras andantes*, *Noites e dias de amor e de guerra* e *Vagamundo*. "É difícil dizer o porquê da escolha de Eduardo

Galeano. Mas creio que o que mais contou foi a nossa vontade de trabalhar um texto não dramático e não realista que permitisse a utilização do corpo e da música. Já gostávamos de alguns dos seus trabalhos, mas a paixão pela obra surgiu mesmo com o início do trabalho e o seu estudo", responde a diretora da peça.

O escritor uruguaio participou da 54ª Feira do Livro de Porto Alegre autografando o seu livro mais recente, *Espejos - uma história quase universal* (L&PM, 2008, 376 págs, R\$ 42).

As apresentações de *Galeano - Mostra 1* serão nos dias 28, 29 e 30 de novembro e 1º e 2 de dezembro, na Sala Qorpo Santo, às 20h, com sessão extra no dia 1º de dezembro, às 12h30min. A entrada é franca, mas há a distribuição de senhas uma hora antes do espetáculo. Para acompanhar o projeto: galeano.blogspot.com.

MÚSICA

Unimúsica

Último espetáculo da série Contrapontos convida artistas que já participaram do projeto.

GUINGA E TONECO DA COSTA



Toneco interpreta composições com influências clássicas, folclóricas, latino-americanas e da vasta gama de ritmos e sons da brasilidade. Divide o palco com outro violonista, o percussionista Fernando do Ó e Pedrinho Figueiredo, na flauta e sax. Guinga se apresenta ao lado de Lula Galvão na guitarra, Paulo Sérgio Santos, no clarinete e sax, e Jesse Sadoz no trompete. No repertório, as músicas do álbum, *Casa de Villa*, lançado em 2007. Data: 4 de dezembro, quinta-feira Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, às 19h Retirada de senhas a partir de 1º de dezembro, na bilheteria do Salão de Atos, das 9h às 18h, mediante a doação de 1kg de alimento não perecível, ou através do [site www.difusaocultural.ufrgs.br/agendamento](http://www.difusaocultural.ufrgs.br/agendamento)

TEATRO

Mostra DAD 2008/2

Divulgação dos espetáculos criados pelos formandos do Departamento de Arte Dramática da UFRGS.

SOLEDADES

Espectáculo inspirado nas personagens femininas e no universo da obra *Cem anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez. A peça é o resultado final da disciplina de Estágio de Atuação II das alunas Ariane Mendes, Mariana Hörlle e Vanessa Silveira, e tem a orientação de Ciza Reckziegel. Apresentações: de 25 a 28 de novembro, terça a sexta-feira Local e horário: Museu Joaquim José Felizardo, às 18h30min, nos dias 25, 26 e 28; e às 12h30min, nos dias 26, 27 e 28 Entrada franca, com distribuição de senhas uma hora antes do espetáculo

WERTHER

O jovem Werther envia cartas a um amigo relatando os acontecimentos do lugarejo onde está hospedado e sua paixão por Carlota. Sua experiência amorosa e social ultrapassa o particular e vai diretamente ao encontro do que pode ser chamado de coletivo. Espetáculo de conclusão da disciplina Estágio de Atuação II de Ailton de Oliveira. Elenco: Ailton de Oliveira e Débora Geremia.

Apresentações: 25, 26 e 27 de novembro, terça a quinta-feira Local e horário: Sala Alziro Azevedo, às 12h30min e 20h Entrada franca, com distribuição de senhas uma hora antes do espetáculo



DOIS PERDIDOS NUMA NOITE SUJA

Espectáculo baseado no clássico de Plínio Marcos sobre dois rapazes que moram no mesmo quarto de pensão e decidem fazer um assalto. Trabalho de conclusão do Estágio de Atuação II de Douglas Carvalho, sob orientação da professora Moira Stein. Elenco: Douglas Carvalho e Patrick Peres. Apresentações: 2 a 7 de dezembro Local e horário: Sala Alziro Azevedo, às 20h Entrada franca, com distribuição de senhas uma hora antes do espetáculo

PROJETO PICASSO - UM SONHO Peça inspirada no texto *As quatro meninas* do pintor

espanhol, que brinca com os limites entre sonho e realidade. Projeto desenvolvidora as disciplinas de Estágio de Direção II, de Júlia Rodrigues, com orientação de Irion do Nolasco; e Estágio de Atuação II, de Juliana Morosini e Kayane Rodrigues, orientadas pela professora Gisela Habeyche. Elenco: Carolina Pommer, Daniela Dutra, Juliana Morosini, Kayane Rodrigues e Thiago Pirajira Apresentações: 6 a 9 de dezembro Local e horário: Sala Qorpo Santo, às 20h, nos dias 6 e 7; e às 12h30min e 20h, nos dias 8 e 9 Entrada franca, com distribuição de senhas uma hora antes do espetáculo

A PRINCESA QUE CASOU COM O MAR

Em uma narrativa lacunar, a atriz argentina Guadalupe Casal resgata o folclore nordestino para levar à cena as carências humanas, traçando um paralelo entre o sertão do Brasil e suas origens pessoais. Trabalho para a disciplina Estágio de Atuação II de Guadalupe Casal, com orientação de Gisela Habeyche. Apresentações: 8 a 13 de dezembro, segunda a sábado Local e horário: Sala Alziro Azevedo, às 20h Entrada franca, com distribuição de senhas uma hora antes do espetáculo

CINEMA

Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero

Programação especial com exibição de filme e debate sobre a temática da sexualidade e gênero voltada para instituições de ensino.

CHEGA DE SAUDADE (Brasil, 2008, 92 min.), de Laís Bodanzky

Uma noite em um clube de dança em São Paulo, desde o abrir das portas do salão até a saída do último freguês. São os dramas e alegrias de cinco núcleos de personagens frequentadores do baile. Sessão: 20 de novembro Local e horário: Sala Redenção, às 19h Ingresso: R\$ 3



Cinedebate em Direitos Humanos

Exibição promovida pelas Faculdades de Educação e de Direito em parceria com o Observatório dos Direitos Humanos e a Escola Superior do Ministério Público. Após a sessão, debate com convidados.

A ERA DO RÁDIO (EUA, 1987, 85 min.), de Woody Allen Retrato de uma época em que o rádio ocupava posição central nos lares. Garoto judeu relembra a vida de sua tradicional família, marcada pelos programas de rádio dos anos 40 em Nova York. Sessão: 25 de novembro Local e horário: Sala Redenção, às 19h Entrada franca



A História vai ao cinema com Aplicação - Contemporânea 2008

Curso de extensão que objetiva a materialização de conteúdos históricos através da exibição de filmes combinados com uma abordagem pedagógica. As sessões são seguidas de debate.

LEÕES E CORDEIROS

(EUA, 2007, 91 min.), de Robert Redford Três histórias independentes envolvidas na mesma temática. Senador americano precisa convencer veterana jornalista a divulgar sua estratégia de combate no Afeganistão. Professor

universitário idealista preocupa-se com o futuro de um de seus alunos mais promissores. Dois estudantes, um negro e um latino, resolvem se alistar às tropas enviadas ao país afetado, desejando fazer algo de importante em suas vidas. Sessão: 26 de novembro, quarta-feira Local e horário: Sala Redenção, às 19h Ingresso: R\$ 3



IV Ciclo Cinema Gênero e Sexualidade

Quinta edição do ciclo realizado em parceria entre o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GERGE) e a Sala Redenção.

JUNO (EUA, 2007, 92 min.), de Jason Reitman Adolescente engravidada de seu colega de escola e enfrenta o problema com o apoio dos pais. Debate com as professoras Dagmar Meyer e Dora Oliveira no final da sessão. Sessão: 27 de novembro, quinta-feira Local e horário: Sala Redenção, às 19h Entrada franca



Cinema para a Terceira Idade

Promoção do Curso de Especialização em Gerontologia Social do Instituto de Psicologia da UFRGS, que faz uma reflexão sobre a heterogeneidade do envelhecimento. Após os filmes haverá debate com convidados.

GAROTOS DO CALEN-DÁRIO

(INGLATERRA, 2003, 108 min.), de Nigel Cole Baseado na história real de um grupo de senhoras que encontra uma maneira inusitada de arrecadar fundos para o combate ao câncer, após a morte do marido de uma delas. Sessão: 28 de novembro, sexta-feira Local e horário: Sala Redenção, às 13h Entrada franca

VII Mostra Vaga-Lume

Mostra de vídeos experimentais produzidos por alunos e professores do Instituto de Artes da UFRGS, além de vídeos do artista

inglês Keir Williams. A mostra é de livre temática, e todos os vídeos têm um tempo de duração inferior a três minutos. Sessões: de 1º a 5 de dezembro, às 13h; e de 1º a 4 de dezembro, às 19h Local: Sala Redenção Entrada franca

Unifilme

Mostra de documentários recentes sobre música popular brasileira. Após as sessões das 19h dos dias 8 e 11, haverá debate com Guto Leite e Alessandra Prates, participantes do Núcleo de Estudos da Canção.

BRASILEIRINHO

(Brasil, 2005, 90 min.), de Mika Kaurismäki Um passeio pela história do Choro: suas origens, primeiros adeptos, e ainda, um importante registro do Choro atual feito por novos músicos, que mantêm vivo esse gênero musical tão diverso quanto rico. Sessões: 5 e 10 de dezembro, sexta e quarta-feira Local e horário: Sala Redenção, às 19h (no dia 10, também às 13h) Entrada franca

CARTOLA - MÚSICA PARA OS OLHOS

(Brasil, 2007, 88 min.), de Lírio Ferreira e Hilton Lacerda A vida e obra de Angenor de Oliveira, um dos compositores e intérpretes mais importantes de nossa música. Recebeu o apelido de Cartola no canteiro de obra em que trabalhava como pedreiro por usar um chapéu coco para proteger o cabelo do cimento. Apesar do talento nato, ele só gravou o primeiro disco aos 65 anos. Sessões: 8 e 11 de dezembro, segunda e quinta-feira Local e horário: Sala Redenção, às 13h e 19h Entrada franca



MARIA BETHÂNIA - PEDRINHA DE ARUANHA (Brasil, 2007, 61 min.), de Andruca Waddington O diretor documentou a comemoração do aniversário de 60 anos da cantora, celebrado durante uma apresentação em Salvador e numa missa em Santo Amaro, sua cidade natal, em 2006. O convite para registrar o show partiu da própria Maria Bethânia, um dia antes dos festejos. Sessão: 9 e 12 de dezembro, terça e sexta-feira Local e horário: Sala Redenção, às 13h e 19h Entrada franca

CURSOS & PALESTRAS

I Colóquio Nacional em Pedagogia da Arte

O curso de especialização em Pedagogia da Arte promove evento com mesas de debate e sessões de apresentação de trabalhos em torno do tema "Poéticas em Educação e Arte". Confirmaram presença Marcia Tiburi, Marcia Strazzacappa, Maria Cecília Torres, Mirna Spritzer, Paola Zordan, Rosa Maria Bueno Fischer, Analice Dutra Pillar, Elisabete Garbin e Nadja Hermann. Data: 3 a 5 de dezembro Local: sala 101 da Faculdade de Educação da UFRGS (Campus Centro) Informações e inscrições: www.ufrgs.br/faced

EXPOSIÇÃO

Arte e memória: Anos rebeldes (1964-1968)

Exposição de 24 obras de artistas de todas as regiões do país, realizadas nos presídios paulistas durante a ditadura. A curadoria é do professor e artista plástico Fábio Magalhães. A mostra foi enriquecida com a coleção do jornalista, escritor e artista plástico Alípio Freire, entrevistado na página 13 desta edição. Visita: até 19 de dezembro. Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda sexta-feira, das 9h às 18h Agendamento através do [site www.museu.ufrgs.br](http://www.museu.ufrgs.br) ou pelos telefones 3308-4022 e 3308-3436



ONDE?

Faculdade de Educação Av. Paulo Gama, s/nº Fone: 3308-3428

Museu da UFRGS Av. Osvaldo Aranha, 277 Fone: 3308-3436

Museu Joaquim José Felizardo Rua João Alfredo, 582 Fone: 3226-7560

Planetário Av. Ipiranga, 2.000 Fone: 3308-5384

Sala Alziro Azevedo Av. Salgado Filho, 340 Fone: 3308-3161

Sala Qorpo Santo Rua Luiz Englert, s/nº Fone: 3308-3080

Sala Redenção Rua Luiz Englert, s/nº Fone: 3308-3933

Salão de Atos Av. Paulo Gama, 110 Fone: 3308-3066

Meu Lugar na UFRGS



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Para ver o céu

O Observatório Astronômico do Instituto de Física da UFRGS é um dos prédios históricos da Universidade que foram entregues restaurados à comunidade em 2002. Localizado junto à Avenida Osvaldo Aranha, próximo à Praça Argentina, a construção conta a história da Astronomia no Rio Grande do Sul e apresenta as características de um tempo em que a aproximação com a ciência em geral era muito mais difícil. “Quando foi bolado esse Observatório, não havia luz elétrica dentro da casa de ninguém, os mais ricos tinham luz a gás e os outros, lampião”, explica o técnico Claudio Miguel Bevilacqua.

Estamos falando do começo do século passado, quando teve início o projeto. Mais precisamente, do ano de 1902, data do esboço de um Instituto de Astronomia. A construção é de 1906 e foi inaugurada em 24 de janeiro de 1908, com o nome de Instituto Astronômico e Meteorológico. Portanto, o lugar na UFRGS de Bevilacqua é um espaço centenário.

O físico relata que, no início, a principal função daquele local era a determinação da hora: “Dou ênfase no antigo serviço de hora para as pessoas terem essa idéia da defasagem, ou do avanço tecnológico”, esclarece, referindo-se ao público que visita o prédio semanalmente, nas noites de terças e quintas-feiras, e aos grupos de estudantes guiados por ele nas noites de segunda e quarta-feira.

Na verdade, a relação de Claudio Bevilacqua com este lugar remonta ao início de sua adolescência: “Morava em Erechim e lia todo mês o boletim do Observatório Astronômico.” Quando havia um fenômeno astronômico especial, eram publicadas entrevistas com seus integrantes, como o professor Batista Pereira. “Esse foi meu primeiro vínculo com o Observatório via Correio do Povo, nos anos 70.” O técnico recorda que passou madrugadas deitado no terraço vendo chuvas de meteoros.

Bevilacqua tinha nas observações do céu e nas leituras sobre Astronomia um encanto. Optou pelo vestibular para Engenharia, mas acabou entrando em Física. No meio do curso, tornou-se bolsista do Observatório. Teve dois anos para ampliar seus conhecimentos de Astronomia. Por ter a qualificação na área, assim que se formou, foi contratado para trabalhar como técnico de apoio à pesquisa no Observatório do Morro Santana, em 1985.

Conhecido na Universidade como “Erexim”, por ser da cidade do norte gaúcho, da época em que trabalhou no Morro Santana com fotometria

das estrelas lembra-se dos invernos rigorosos em que quase congelavam por terem de ficar com a cúpula aberta. Ele também rememora a observação internacional do cometa Halley em 1986, da qual todo o departamento participou. O físico chama aquele período de folclórico, pois chegou a oferecer conhaque para uma professora pôr no chá. Era a maneira de agüentar por mais duas horas o frio durante a expedição do cometa Halley. “São coisas muito marcantes, que a gente não esquece nunca mais.”

Erexim foi diretor do Planetário de maio de 98 a outubro de 2002. Em sua gestão, foi lançado o projeto Selene, que propunha a observação do céu no pátio. “O projeto foi implantado por mim, Marcelo Brückmann e Sônia Coppini. Eu dei muita força para que acontecesse uma vez por mês no final-de-semana. Foi uma idéia bastante bem sucedida que permanece até hoje.”

Outra inovação que partiu do técnico foi sugerir a separação do horário das visitas de escolas das do público geral ao Observatório. Bevilacqua sugeriu uma expansão das atividades, com observações específicas para escolas às segundas e quartas-feiras, porque o público era bastante heterogêneo e apresentava diversas demandas. Na opinião de Erexim, a restauração foi importante porque deu visibilidade ao prédio. Hoje, além dos horários noturnos, é possível visitar a exposição do centenário, das 14 às 20h.

“Agora minha paixão é museológica. O meu sonho ainda é transformar o Observatório em um museu oficial da rede museológica brasileira e rio-grandense.” O técnico demonstra grande preocupação em conservar as marcas do tempo, afirmando que alguns dos objetos do acervo são únicos no país: “Por exemplo, o telescópio tem correspondência da época do fabricante [1907], algumas cartas originais estão guardadas”. Cláudio Bevilacqua encontra prazer em trabalhar com as crianças, em recepcionar o público e mostrar-lhes o céu. Mas, atualmente, também se dedica à restauração, preservando e resgatando os elementos que escrevem a história do Observatório.

Caroline da Silva

Mais informações (histórico, acervo e visitas) sobre este lugar em www.if.ufrgs.br/observatorio e pelo telefone 3308-3352.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil Alma brincante

Tânia Fortuna
A professora que defende um lugar para o brincar na sala de aula

Ânia Chala

Nascida em Porto Alegre, em 1964, Tânia Ramos Fortuna é a filha mais velha do casal de professores Ceres e Silvestre e tem duas irmãs e um irmão. De sua primeira escola, fugiu: “Tinha quatro anos de idade e muito medo das freiras, porque elas pareciam não ter pés”.

Sua lembrança mais antiga do mundo escolar está ligada às ocasiões em que acompanhava os pais em suas aulas. Aos oito anos, criou sua própria escola para os bonecos, irmãos e vizinhos. Quando criança, também quis ser arquiteta e bibliotecária para ter muitos livros só para si, já que os pais não dispunham de dinheiro para investir numa biblioteca particular.

Cursou o ensino fundamental e médio na Escola Estadual Dom Diogo de Souza. No ensino médio, fez o curso de Magistério. “Vivia na biblioteca. Recentemente, quando a escola comemorou seu aniversário, fui convidada para uma cerimônia e pude encontrar aquele espaço onde descobri a obra completa de Monteiro Lobato.”

Erros e acertos – Tânia, que está completando 26 anos em sala de aula, acha que sua vida resulta do esforço de fusão de tendências antagônicas. “Minha mãe foi professora de séries iniciais do ensino fundamental e sempre trabalhou com populações periféricas e muito pobres. Meu pai lecionava em escolas particulares e foi responsável pelo setor de tecnologia educacional do Senai.” Poeta e boêmio, ele ensinou a filha mais velha a gostar de jazz e com ela trocava impressões sobre literatura e poesia, mas era o tipo do professor durão de quem os alunos tinham pavor. O pai faleceu subitamente sem concretizar o desejo de levá-la para conhecer Nova York. Da mãe, que perdeu há cinco anos, a professora da Faculdade de Educação diz sentir muita saudade, sobretudo de sua alegria e de sua paixão pelo ensino.

Sua primeira experiência depois de concluído o Magistério foi numa escola estadual: “Sabe aquela turma problemática que nos dão quando somos novos numa escola? Meus alunos eram impossíveis, mas eu achava que poderia fazer a diferença. Em poucas semanas, minha metodologia revelou-se um fracasso”. O pior momento foi quando um grupo veio conversar com ela, dizendo preferir outra professora. “Eles queriam alguém que gritasse com eles, pusesse-os de castigo e enchesse o quadro de cópia até doer o braço, pois comigo só brincavam! Confesso que voltei para casa decidida a abandonar a profissão.” No final daquele ano, deixou o ensino fundamental e foi trabalhar com educação infantil, porém, um dia uma menina entregou-lhe uma folha em branco pedindo que lhe passasse tema. “Aí me dei conta da força do formalismo escolar”, conta sorrindo.

Enquanto cursava Pedagogia na UFRGS, trabalhou com educação infantil e como babá, pois na época já ha-



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

via saído da casa dos pais. Concluída a graduação, Tânia foi admitida numa escola municipal de Canoas, ao mesmo tempo em que cursava uma especialização em Psicologia Piagetiana e dava início à sua formação independente em Psicanálise. “Trabalhei com crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem e transtornos emocionais num espaço clínico repleto de brinquedos e jogos. Ali coloquei em prática tudo o que havia intuído anos antes.” Contudo, um fantasma ainda a aterrorizava: crianças dizendo que não queriam ser seus alunos.

“Brincando, vi que as crianças poderiam redescobrir sua capacidade de aprender”

Quando voltou a trabalhar em Porto Alegre, na Escola Estadual Marechal Floriano Peixoto, estava decidida a exorcizar aquele fantasma. Ofereceram-lhe uma turma de primeira série que já havia afugentado três professores. “Foi muito difícil, mas sobrevivi e meus últimos seis anos de atuação em sala de aula antes de tornar-me professora na UFRGS foram passados naquela escola, na qual pude testar idéias pouco difundidas na época. Hoje, tenho saudade de trabalhar diretamente com crianças”, recorda.

O espaço do brincar – Ao iniciar sua carreira docente na Universida-

de em 1991, na área de Psicologia da Educação, Tânia percebeu que não havia alusão à brincadeira nos cursos de formação de professores. Em 1995, propôs um curso de extensão, cujas vagas se esgotaram em poucas horas, tamanha a procura por parte dos alunos. Um ano depois, passou a ministrar a disciplina *Jogo e Educação*, que apesar de eletiva sempre foi muito disputada pelos estudantes. Em 1998, ela criou o programa de extensão “Quem quer brincar?”, promovendo ações de formação continuada para os professores em sala de aula e oferecendo aos alunos de licenciatura brinquedos e jogos com os quais eles pudessem dinamizar as aulas. “Fizemos uma caixa de coleta para doações de brinquedos e jogos. E o bárbaro acontecia: de manhã alguém punha um jogo e à tarde alguém retirava o jogo. No fim do dia não tínhamos nada. Minhas alunos diziam que aquilo não estava dando certo e eu respondia que estava sim, pois havíamos começado uma redistribuição lúdica.”

O Programa, que está completando 10 anos, dispõe de uma brinquedoteca com quase quatro mil itens, constituída através de doações, e sua equipe também faz o trabalho de recuperação de brinquedos e jogos.

Tânia admite que sua paixão pelo “Quem quer brincar?” e por ensinar professores a brincar levou-a a adiar o doutorado: “Não fosse a professora Leda Maffioletti ter assumido a coordenação-executiva, a professora Darli Collares responsabilizar-se pelas disciplinas ligadas ao jogo e à educação – hoje são três – e os colaboradores voluntários declararem apoio incondicional, não teria iniciado o curso. O curioso é que, embora sempre tenha lutado pela institucionalização do Programa, percebo que ele resistiu porque foi tocado por amadores – pessoas que fazem o que amam.”



As muitas faces de um guerreiro

FOTOS E TEXTO **LUIZ EDUARDO ROBINSON ACHUTTI**

Meu projeto começou no início de 2006 e terminou agora, no final deste ano. Queria fazer um álbum em homenagem a Xico Stockinger, à semelhança daquele que fiz para Iberê Camargo (lançado em 2004). Desta vez, o mote foi acompanhar o Xico fazendo uma escultura. Ele escolheu um guerreiro de ferro e madeira – muito característico de sua obra. Acabou produzindo o maior que já fez, com 3,35m, que foi doado ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (Margs).



Não registrei apenas o escultor trabalhando nesse guerreiro, mas em outras técnicas também. Fotografei ainda o universo artístico dele em seus dois ateliês – um na sua casa e outro na Vila Nova. Detalhes de materiais, ferramentas, espaços etc. Ficou faltando o Xico bronzista, fundidor... No próximo livro, quem sabe?

As imagens aqui reproduzidas fazem parte do álbum *A matéria encantada – Xico Stockinger por Achutti*, lançado em outubro, durante a cerimônia de entrega da escultura ao Margs.



LUIZ EDUARDO ROBINSON ACHUTTI é jornalista, fotógrafo desde 1975, antropólogo e professor, com mestrado em Antropologia Social pela UFRGS e doutorado na Université Paris 7. Docente do Instituto de Artes e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade, é também pesquisador-associado a *Phanie centre de l'ethnologie et de l'image* (Paris) e membro do conselho editorial da revista *Studium* (Unicamp). Atualmente, trabalha na construção de um banco de imagens que será oferecido à comunidade acadêmica através do site www.ufrgs.br/memoria.

